Balanço Socioambiental 2014



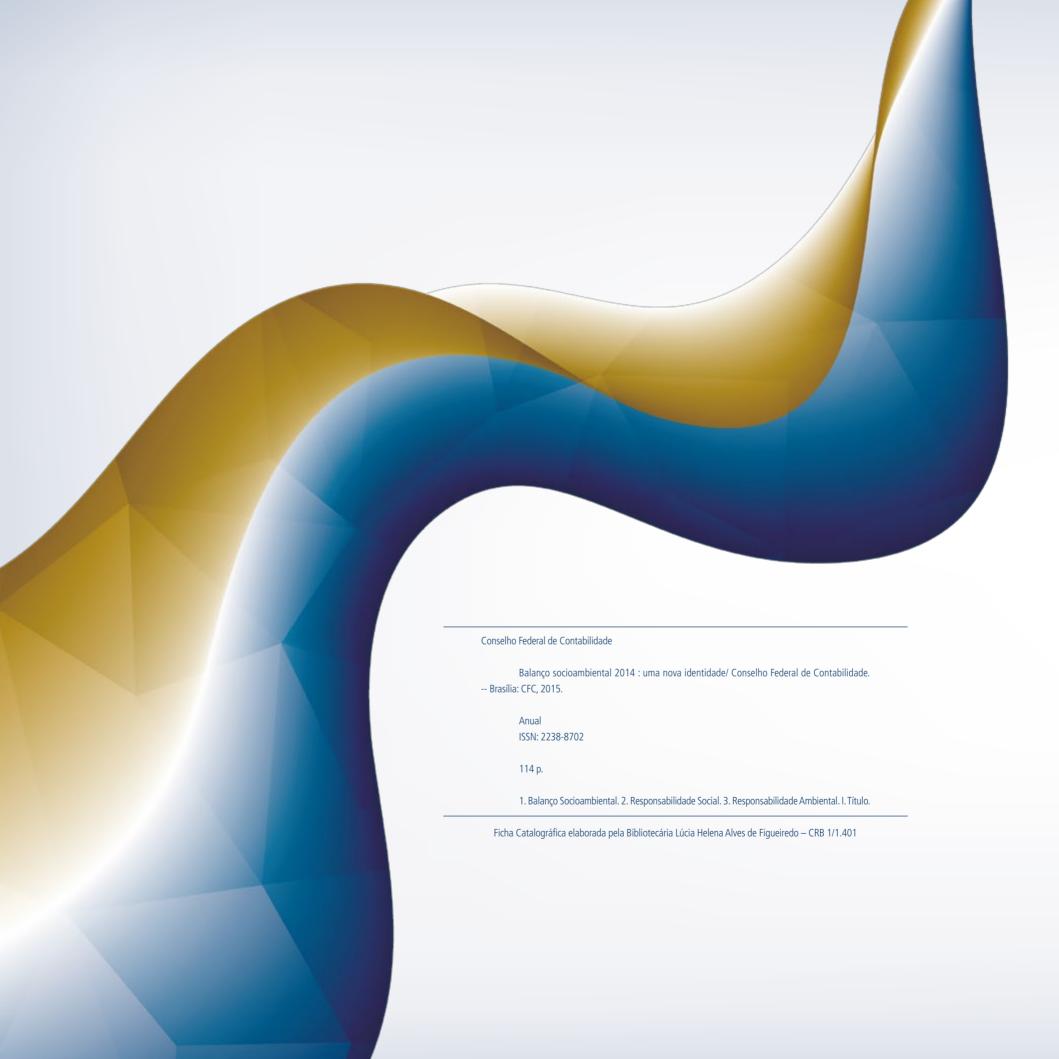
Uma nova identidade



Balanço Socioambiental 2014



Uma nova identidade



Balanço Socioambiental 2014

Sumário

Apresentação	5
Introdução	
Gestão Institucional	
Gestão de Pessoas	33
Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada	43
Gestão Socioambiental	77
Balanço Socioambiental em Dados	89
Conselheiros do CFC	107

Balanço Socioambiental **2014**





Apresentação

Nada mais atual – e ainda muito desafiador para empresas e organizações da sociedade civil – do que publicar este valioso instrumento de controle e compromisso social corporativo. Nesse viés, a responsabilidade de divulgar o Balanço Socioambiental CFC, com a síntese das atividades realizadas no ano de 2014, configura-se, para mim, ainda maior.

Desde que assumi a Presidência desta Casa Superior da Contabilidade, no ano passado, tenho procurado manter as salutares e efetivas ações implementadas por meus antecessores, aprimorando-as, sem, contudo, perder o foco inicial, que é apresentar à classe contábil e à sociedade, da forma mais ética e transparente possível, as ações, os dados econômicos e sociais e o desempenho do CFC.

Ao longo de 2014, vários foram os desafios, sobretudo, no que concerne ao estabelecimento de metas sociais como fator estratégico. Buscamos, paulatinamente, adotar significativas mudanças nas rotinas de trabalho, suscitando novas ideias com vistas à satisfação de nossos *stakeholders* – que significa, em seu sentido mais amplo, todos os envolvidos e interessados nas ações de uma organização –, os quais exercem papel fundamental na gestão e nos resultados desta respeitada autarquia.

Iniciativas como a da publicação do Balanço Socioambiental CFC 2014 vêm demonstrar a força da nossa imagem corporativa, colocando à prova a nossa capacidade de gestão. E, para isso, é necessário compromisso, ética e transparência, combinação eficaz em qualquer administração.

Temos a certeza de que estamos trilhando o caminho certo, revelando, abertamente, aos diferentes públicos um panorama real das nossas atividades-fins, projetos e ações e da nossa conduta com relação aos recursos oriundos da classe contábil.

Convido, por fim, o caro leitor a um passeio minucioso nestas próximas páginas, explorando todas as informações apresentadas sobre a gestão 2014.

José Martonio Alves Coelho

Presidente do CFC (2014/2015)

Balanço Socioambiental **2014**

José Martonio Alves Coelho, na Cerimônia de Posse da Diretoria do CFC (2014/2015)





Cerimônia de Posse da Diretoria do CFC (2014/2015)



Introdução

Uma das ferramentas mais importantes de gestão do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) chega ao seu nono ano de existência com mais um novo desafio: o de ressaltar, ainda mais, o eficiente trabalho do CFC em prol da classe contábil e, consequentemente, o seu valor para a sociedade.

Em 2014, o Sistema CFC/CRCs ultrapassou a marca de 500 mil profissionais registrados, elevando o patamar da profissão como um dos mais fortes e organizados do País. O Balanço Socioambiental, ao demonstrar o impacto dos trabalhos realizados pelas gestões, durante todos esses anos, reforça o caráter institucional do CFC como uma entidade que se preocupa com o bem-estar dos seus colaboradores e profissionais.

Os reflexos das ações realizadas em 2014 são demonstrados neste documento. Um deles merece especial atenção: a alteração da identidade visual do Sistema CFC/CRCs. Pela primeira vez, em 68 anos de criação dos Conselhos de Contabilidade, é instituída uma identidade visual única para todos os Conselhos. O tema deste Balanço, inclusive, segue a linha de pensamento da gestão "CFC: uma nova identidade", ou seja, uma entidade à frente do seu tempo, engajada e conectada com o novo perfil de seus profissionais.

Seguindo as diretrizes das edições anteriores, este documento está dividido em Gestão Institucional; Gestão de Pessoas; Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada; Gestão Socioambiental; e Balanço Socioambiental em Dados.



Conselho Diretor do CFC (2014/2015)

SELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Balanço Socioambiental **2014** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILDADE 111111

Gestão Institucional Apresenta a estrutura física e organizacional, finalidade, entidades de relacionamento do CFC, informações econômico-financeiras e perfil do Sistema CFC/CRCs.





CFC

Criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946, de 27 de maio de 1946, o Conselho Federal de Contabilidade é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público.

Suas principais finalidades são registrar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão e promover a Educação Continuada, conforme previsto na Lei n.º 12.249/2010.

O Plenário da entidade é composto por 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, no qual estão representados os 26 estados da Federação e o Distrito Federal, conforme previsto na Lei n.º 11.160/2005.

Nova Identidade Visual

A reunião Plenária do Conselho Federal de Contabilidade, realizada em junho de 2014, aprovou a nova marca do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Em 69 anos de criação, é a primeira vez que se institui uma identidade visual única para todo o Sistema CFC/CRCs.

A nova identidade visual comum tem a finalidade de fortalecer a imagem do Sistema perante os profissionais da contabilidade e a sociedade, possibilitando seu reconhecimento como um sistema organizado que compartilha missão, projetos e diretrizes.



Partindo da figura da engrenagem, presente na logo atual do CFC, a nova marca desenvolvida mantém uma relação com o passado da instituição, porém com um olhar no presente e no futuro, na evolução e ascensão da profissão, cuja importância se projeta mais e mais a cada dia no âmbito da nação (por isso a referência à bandeira brasileira, de forma estilizada). A tipologia forte e marcante, com tipos integrados entre si, denotam e confirmam a coesão e harmonia de uma classe que se organiza e se consolida mais e mais a cada dia.



Planejamento Estratégico

Com vistas a atender aos anseios da classe contábil e à busca crescente da qualidade na gestão, o Sistema CFC/CRCs desenvolveu o Planejamento Estratégico de forma participativa.

Missão

Promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando como fator de proteção da sociedade.

Visão

Ser referência nacional e internacional como órgão de profissão regulamentada, politicamente articulado e formador de opinião em questões socioeconômicas, tributárias, técnicas e organizacionais, consolidando a profissão contábil como fator de proteção da sociedade.

Valores

- Ética no trabalho.
- Companheirismo.
- Responsabilidade profissional e social.
- Compromisso.
- Confiança.
- Transparência.
- Respeito.
- Trabalho perseverante.

Diretrizes

- Fortalecer a imagem do Sistema CFC/CRCs e do profissional da contabilidade na sociedade.
- Acompanhar e elaborar normas de interesse da profissão e da sociedade.
- Otimizar o Registro e a Fiscalização.
- Fomentar a Educação Profissional Continuada.
- Ampliar a participação política e social do profissional da contabilidade.
- Modernizar e otimizar a gestão no Sistema CFC/CRCs.



Mapa Estratégico

Para cada um dos objetivos estratégicos, o CFC desenvolveu projetos para atender à finalidade institucional (Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada).

Resultados Institucionais

15. Fortalecer a imagem do Sistema CFC/CRCs e da profissão contábil perante a sociedade.

14. Atuar como fator de proteção da sociedade.

Público-Alvo

13. Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar Programas de Educação Continuada. 12. Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs. 11. Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil.

Processos

10. Firmar parcerias estratégicas.

9. Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs. 8. Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil. 7. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.

 Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade.

Pessoas e Tecnologia

5 . Fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos colaboradores do Sistema CFC/CRCs.

4. Atrair e reter talentos.

3. Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs.

Recursos e Logística

 Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs. 1. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.



Vice-presidente de Administração, Luiz Henrique de Souza (2014/2015)

Certificação ISO 9001:2008

O CFC possui um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), que é certificado conforme os requisitos da Norma ABNT NBR ISO 9001. Trata-se de uma norma internacional que define requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) das entidades e tem como objetivo fornecer um conjunto de procedimentos que otimizam processos relacionados a serviços.

O SGQ permite ao CFC padronizar linguagens e procedimentos de suas áreas, proporcionando maior qualidade, eficiência e eficácia nos trabalhos, para atender às demandas de seus clientes, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis no CFC.

Desde 2007, o CFC mantém a certificação nas seguintes áreas:

- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina.
- Vice-Presidência de Registro.
- Vice-Presidência Administrativa.
- Vice-Presidência de Controle Interno.
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional e Institucional.

Em 2014, foram mapeadas seis novas áreas e estão em elaboração os procedimentos a serem certificados.

Política da Qualidade

Estabelecer padrões de normatização, orientação e controle das ações relacionadas ao registro e à fiscalização do exercício da profissão contábil, primando pelo desenvolvimento profissional e visando à melhoria contínua e à eficácia do Sistema Contábil Brasileiro.

Conselheiros da Câmara de Assuntos Administrativos (2014/2015)





Objetivos da Qualidade

01

Promover a capacitação e a valorização dos colaboradores, estimulando o crescimento pessoal e profissional e visando habilitá-los ao desenvolvimento de suas atividades.

02

Assegurar a melhoria contínua e a otimização dos processos internos, promovendo a excelência nos serviços e a satisfação dos clientes internos e externos, por meio da gestão da qualidade.

03

Aprimorar canais de comunicação, estimulando a gestão e a disseminação da informação e do conhecimento, visando atender às necessidades da instituição, do profissional contábil e da sociedade.

04

Apoiar, assessorar e acompanhar os Conselhos Regionais no cumprimento das suas atividades institucionais. 05

Promover, com eficiência, ações direcionadas ao registro, à fiscalização, à normatização e ao desenvolvimento da profissão contábil.



Gestão Institucional Balanço Socioambiental 2014 Uma nova identidade

Entidades de Relacionamento

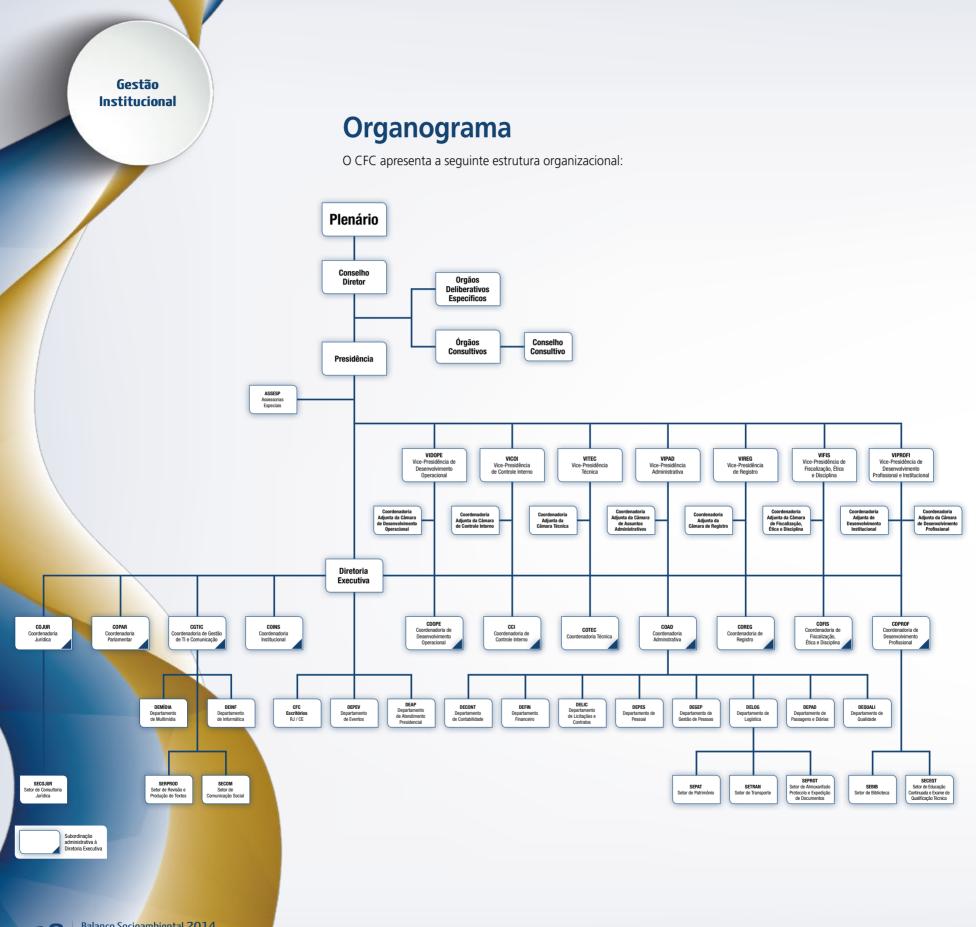
Com o objetivo de firmar parcerias, desenvolver novas ações, fortalecer as já existentes, captar recursos e aumentar a sua capacidade de participação e mediação, o CFC busca a integração com órgãos e instituições de interesse da classe contábil brasileira.

Apresenta as seguintes entidades parceiras:

- Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca).
- Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).
- Acessibilidade Brasil.
- Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário.
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).
- Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).
- Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis).
- Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont).
- Banco Central do Brasil (BCB).
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Banco Mundial.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).
- Certisign Certificadora Digital.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea).
- Comitê de Padrões Contábeis Internacionais (lasb).
- Congresso Nacional.
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).
- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei).
- Federação Internacional de Contadores (Ifac).
- Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento,
 Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).
- Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).
- Fundação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FCPC).
- Fundação Escola Aberta do Terceiro Setor.
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).



- Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas e Información Financiera (Glenif).
- Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA).
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
- Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep Brasil).
- Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).
- Instituto de Contadores Oficiais da Inglaterra e Gales (ICAEW).
- Instituições de Ensino Superior (IES).
- Instituto Rui Barbosa (IRB).
- Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior (MDIC).
- Ministério da Educação (MEC).
- Ministério da Fazenda (MF).
- Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- Ministério da Saúde (MS).
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Ministério Público da União (MPU).
- Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal (Otoc).
- Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
- Observatório Social do Brasil (OSB).
- Pastoral da Crianca.
- Pastoral da Pessoa Idosa.
- Receita Federal do Brasil.
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- Serasa Experian.
- Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).
- Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas).
- Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- Tribunal de Contas da União (TCU).
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- Tribunais de Contas de Estados e Municípios.
- Universidade de Aveiro Portugal.
- Universidade do Minho Portugal.





Assessoria Parlamentar

Com o objetivo de estreitar, cada vez mais, o diálogo entre o CFC e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a Assessoria Parlamentar acompanha as matérias de interesse do Sistema CFC/CRCs em tramitação na Câmara dos Deputados, Senado Federal, no Executivo Federal (Presidência da República e Ministérios) e no Judiciário (Tribunais). O trabalho requer a elaboração de documentos e informações que irão subsidiar na tramitação das matérias nas Casas Legislativas e nos demais órgãos da administração pública. Seguem as principais proposições acompanhadas pelo Conselho Federal em 2014:

 Participação em Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debater sobre "A extinção da profissão de técnico em contabilidade".

Participação em Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para debater sobre "A transposição do regime celetista para o estatutário dos trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional".

 Participação e parceria CFC/CFOAB no lançamento do Ato de Mobilização em defesa da Reforma Política Democrática no País.

 Contribuiu na elaboração da Resolução TSE n.º 23.406/2014, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas Eleições de 2014.

 Acompanhou a Medida Provisória n.º 651/2014, que dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sob a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por

meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

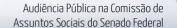
• Acompanhou o Projeto de Lei n.º 5.434/2013, que altera os artigos 5º e 6º da Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre isenção de anuidades cobradas por conselhos profissionais.

• Acompanhou o Projeto de Lei n.º 5.061/2013, que altera o Art. 289, e parágrafos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei n.º 8.639, de 31 de março de 1993.

• Acompanhou o Projeto de Lei n.º 5.680/2013, que dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.

 Acompanhou o Projeto de Lei n.º 6.694/2013, que institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.

• Acompanhou o Projeto de Lei do Senado n.º 658/2007, que altera a Lei n.º 1.411, de 1951, para dispor sobre a profissão de economista e dá outras providências.





Nova Diretoria 2014/2015

A nova Diretoria do Conselho Federal de Contabilidade, responsável por gerir o CFC no biênio 2014/2015, foi eleita em janeiro de 2014.

Os conselheiros efetivos do CFC decidiram, em votação, a composição da Diretoria, indicando o presidente, sete vice-presidentes e um representante dos técnicos em contabilidade. O mandato se encerra em 31 de dezembro de 2015.

Após 10 anos, o conselheiro José Martonio Alves Coelho (CE) foi eleito em votação unânime para exercer o cargo de presidente para os próximos dois anos.

O presidente eleito salientou que, durante os últimos anos, o CFC ganhou projeção internacional pelas atividades que vem desempenhando, e que o seu trabalho será o de intensificar as ações no cenário nacional, como, por exemplo, a atuação do CFC no âmbito político, com as Instituições de Ensino Superior e as entidades públicas e privadas. Tais ações têm por objetivo valorizar o profissional da contabilidade.



Mesa de Honra da Cerimônia de Posse da Diretoria do CFC (2014/2015)



Perfil do Sistema

A classe contábil brasileira apresentou, em 2014, o seguinte perfil:



Perfil Econômico-Financeiro do Sistema

2013

Patrimônio Social
R\$ 407.723.487,92

Receita Arrecadada
R\$ 237.657.466,20

Superávit Patrimonial
R\$ 13.796.425,17

Patrimônio Social
R\$ 534.004.199,72

Receita Arrecadada
R\$ 288.952.387,74

Superávit Patrimonial
R\$ 88.812.531,83



Presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade (2014/2015)





Conselhos Regionais de Contabilidade



Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional, Aécio Prado Dantas Júnior (2014/2015)

Projetos de Apoio aos CRCs

Os projetos visam atender à melhoria da infraestrutura dos CRCs, ao aprimoramento dos trabalhos e à capacitação dos seus colaboradores, com a finalidade de propiciar o adequado atendimento aos profissionais da contabilidade e à sociedade.

Os principais projetos de apoio financeiro e operacional realizados em 2014, para os CRCs, foram: construção, ampliação e reforma de sedes próprias; renovação e adequação da frota de veículos; ampliação e atualização do parque de informática; aquisição de mobiliário; apoio à gestão com visitas *in loco* aos Conselhos Regionais; acompanhamento e assessoramento aos setores de cobrança; auxílio financeiro para cobertura de despesas de custeio; e treinamento para funcionários dos CRCs na área administrativa.

No âmbito do Sistema CFC/CRCs, o Conselho Federal promoveu as reuniões de trabalho da Comissão para a revisão das normas de eleições e da Comissão que estuda a modernização da tecnologia da informação.

No exercício de 2014, O CFC investiu R\$1.823.748,37 nos seguintes projetos:

Projetos	Valor (R\$)
Construção, Ampliação e Reformas de Sedes Próprias dos Regionais	1.357.484,58
Renovação e Adequação da Frota de Veículos dos CRCs	150.780,36
Ampliação e Atualização do Parque de Informática dos CRCs	129.968,44
Comissões de Trabalho (Processo Eleitoral e TI)	44.466,74
Aquisição de Mobiliário dos CRCs	40.512,44
Apoio à Gestão dos CRCs	39.180,87
Apoio Financeiro aos CRCs para cobrir Despesas de Custeio	31.557,06
Acompanhamento e Assessoramento aos Setores de Cobrança dos CRCs	26.446,48
Treinamentos para os Funcionários dos CRCs na Área Administrativa	3.351,40
Total	1.823.748,37

Conselheiros da Câmara de Desenvolvimento Operacional (2014/2015)





Dia do Profissional da Contabilidade

Instituído em 1926, pelo patrono da classe contábil, o senador João Lyra, o Dia do Contabilista passou a ser comemorado no dia 25 de abril. A partir de 2012, o CFC adotou a terminologia Dia do Profissional da Contabilidade devido ao processo de modernização da profissão.

Em 2014, o CFC comemorou a data com uma campanha amplamente divulgada nas mídias sociais, homenageando os profissionais pela excelência do trabalho e pela contribuição no desenvolvimento social e econômico do País.





Vice-presidente de Controle Interno, Lucilene Florêncio Viana (2014/2015)

Caralla in a la Cânana (Carlada la la cara (2014/2015)



Controle Interno e Auditoria

A atuação do Controle Interno, de caráter orientador e preventivo, busca:

- contribuir para a melhoria constante da gestão do Sistema CFC/CRCs, por meio da realização de análises e recomendações;
- comprovar a legalidade e o cumprimento das finalidades institucionais;
- salvaguardar e proteger o patrimônio;
- promover a eficácia e eficiência operacional; e
- garantir o cumprimento das leis e regulamentações, de acordo com os princípios da administração pública quanto à legalidade, economicidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

As ações do Controle Interno nos Conselhos de Contabilidade se concentram:

- na análise e no acompanhamento das demonstrações contábeis;
- no exame e na deliberação sobre prestações de contas, propostas orçamentárias e créditos adicionais;
- no acompanhamento da gestão orçamentária, sugerindo medidas que venham a garantir a qualidade das informações contábeis e o desempenho equilibrado da execução orçamentária;
- no exame das receitas arrecadadas pelos CRCs;
- na análise das despesas quanto à sua legalidade, economicidade, eficácia e eficiência, além de outras atividades compatíveis com seus objetivos.

O Controle Interno conta ainda com a Unidade de Auditoria Interna, que tem por atribuição realizar a avaliação dos controles internos do Sistema CFC/CRCs, exercendo a Auditoria de Gestão e Contábil, no formato preventivo e de apoio à gestão. No exercício de 2014, foram auditados 15 CRCs.

O Regulamento Geral dos Conselhos prevê ainda a contratação de auditoria independente, com foco administrativo, orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial e operacional, a qual emite relatórios circunstanciados

para a avaliação da gestão do CFC e dos 27 CRCs, devendo atender às normas e procedimentos de auditoria, de acordo com a legislação do Conselho Federal de Contabilidade, além de subsidiar a Câmara de Controle Interno no julgamento das Prestações de Contas.

Processos Julgados

	2013	2014
Fundos Especiais	4	1
Balancetes	12	12
Propostas Orçamentárias	28	30
Prestações de Contas	28	28
Créditos Adicionais	75	91
Total	147	162



Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides)

O Fundo de Integração e Desenvolvimento (Fides) é um fundo financeiro voltado, integralmente, para o custeio de projetos de apoio e o desenvolvimento de projetos de interesse da profissão contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade é gestor do Fides, cujos recursos correspondem a 1% (um por cento) da receita mensal líquida das contribuições dos Conselhos Regionais dos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e do Conselho Federal de Contabilidade, conforme Resolução CFC n.º 968/2003, de 27/6/2003.

Os projetos custeados com estes recursos são aprovados pelo Comitê Gestor do Fides (Cofides).



Reunião do Comitê Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides)

Convênios firmados em 2014

- Convênio de Cooperação Técnica que celebram o Conselho Federal de Contabilidade e a Fundação Escola Aberta do Terceiro Setor, com interveniência do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, visando à cooperação mútua para a manutenção e expansão dos cursos de capacitação para os agentes do Terceiro Setor, desenvolvidos pela "Escola Aberta do Terceiro Setor". Foi reeditado em 20 de marco de 2014, com vigência até dezembro de 2014.
- Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), com o objetivo de promover o desenvolvimento e o aprimoramento da profissão contábil entre países latinos. Foi reeditado em 20 de março de 2014, com vigência até dezembro de 2014.
- Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Federal de Contabilidade e o Instituto Íris, em 26 de março de 2014. Tem como objetivo o intercâmbio de cooperação técnica e científica entre os partícipes, visando, entre outras atividades, promover quatro Seminários Regionais de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público – Regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste (SEMREG – CQ) para estimular o Programa de Educação Continuada dos Conselhos Regionais de Contabilidade.
- Termo de Cooperação Institucional entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), em 28 de outubro de 2014, vigente até 28/10/2017. O objetivo é a troca de informações entre TSE, CFC e CFOAB quanto aos profissionais que assinarem as prestações de contas das campanhas eleitorais (2014), conforme previsto na Resolução TSE n.º 23.406/2014, Art. 33, § 4º, os quais deverão estar regularmente registrados e ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade e nas Seccionais de Ordem dos Advogados do Brasil.
- Convênio de Cooperação Técnica entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Associação Observatório Social do Brasil (OSB), visando à criação e à manutenção de Observatórios Sociais no Brasil, firmado em 21 de novembro de 2014, com vigência até 21 de novembro de 2016.



Assinatura do Termo de Cooperação Institucional entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB)



Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financeira (Glenif)

GLENIF GLASS

O Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera (Glenif) nasceu do entendimento dos países latino-americanos quanto à necessidade da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS, na sigla em inglês). O Brasil ocupou a presidência do Grupo nos dois primeiros anos e, a partir de julho de 2013, a Argentina assumiu o cargo. Atualmente, o Brasil integra o Diretório do Glenif.

O Glenif conta hoje com a participação de 17 países, representados pelos respectivos organismos emissores de normas contábeis.

No período que corresponde de agosto de 2013 a novembro de 2014, o Diretório promoveu 17 reuniões, sendo sete presenciais, em diferentes países da América Latina, e dez via internet. Além disso, foram realizadas três assembleias, oportunidade em que os presidentes das entidades se reuniram para deliberar sobre o que está disposto no Regulamento do Glenif.

Os integrantes do Diretório Glenif participaram de diversos eventos promovidos pelos Organismos Emissores

de Normas dos países membros, realizando palestras e promovendo reuniões com lideranças locais, com a finalidade de cumprir o seu objetivo principal, que é contribuir com o *International Accounting Standards Board* (lasb) em aspectos técnicos e também alcançar a confluência de interesses dos vários países da América Latina, respeitando-se os aspectos particulares e os estágios de convergência de cada região.

Em 26 de fevereiro de 2014, o Ministério de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai reconheceu o *Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera* como Organização Não Governamental sem fins lucrativos.

Os Grupos Técnicos de Trabalho (GTTs), compostos por representantes dos países que integram o Glenif, realizaram, ao longo do período, várias reuniões, para analisar os temas que o *International Accounting Standards Board* (lasb) disponibiliza em audiência pública. Desde a criação do Glenif, 117 profissionais participaram, de forma espontânea, dos Grupos de Trabalho, o que demonstra o efetivo comprometimento com a profissão contábil latino-americana.



Uma nova identidade

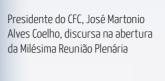
Milésima Reunião Plenária

No dia 5 de dezembro de 2014, o CFC registrou nas páginas de sua história a realização da sua Milésima Reunião Plenária. A sessão, que foi marcada por homenagens a personalidades que vêm contribuindo para o aprimoramento da classe contábil brasileira, contou com a presença dos presidentes dos CRCs, conselheiros, ex-presidentes do Conselho Federal e líderes de entidades representativas da classe contábil.

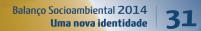
A primeira reunião Plenária do CFC foi realizada em 21 de agosto de 1946. Presidida pelo conselheiro Paulo Lira, essa sessão, conforme consta em ata, tratou da elaboração do Regimento Interno do CFC e também discutiu sobre a instalação dos Conselhos Regionais.

Durante os 68 anos de história da criação do CFC, houve muitas reuniões Plenárias memoráveis, nas quais foram decididas questões que contribuíram para o desenvolvimento da Contabilidade brasileira.





Entrega de certificados na Milésima Reunião Plenária



SELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Balanço Socioambiental **2014** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILDADE 111111

Gestão de Pessoas Apresenta o perfil do corpo funcional e as ações desenvolvidas pelo CFC em benefício de seus colaboradores.

Gestão de Pessoas

Política de Gestão de Pessoas

A política de Gestão de Pessoas do CFC enfatiza o aprimoramento profissional de seus funcionários, buscando compatibilizar as competências e expectativas individuais com as necessidades e objetivos da organização. Ao oferecer incentivos ao desenvolvimento, tais políticas agregam valor, elevando o patamar de qualidade dos serviços da entidade.

Perfil do Quadro Funcional

O CFC encerrou o ano de 2014 com 248 colaboradores, composto por 128 funcionários efetivos, dentro dos quais três aprendizes, 51 conselheiros, 12 estagiários e 54 prestadores de serviços terceirizados.

Quadro Funcional

Funcionários 128 Estagiários 12

Conselheiros 51

Prestadores de Serviços

54

Funcionárias do CFC





Equidade de gênero

O total de funcionários efetivos, no final de 2014, apresenta um percentual de 50% de homens e 50% de mulheres, mostrando uma equivalência entre os gêneros.

Esta equidade também pode ser observada nos cargos de liderança do CFC, em que 59,26% são ocupados por mulheres.

Funcionários por faixa etária

No CFC há um maior número de funcionários nas faixas etárias de 31 a 40 anos (29,69%) e de 41 a 50 anos (27,34%), o que demonstra a experiência e maturidade do corpo funcional, refletindo, positivamente, no desempenho das funções exercidas.



Em relação à faixa etária e aos cargos de chefia, observa-se que a predominância está entre 41 e 50 anos, demonstrando, assim, que são ocupados por funcionários com maior experiência.





Funcionário do CFC

Gestão de Pessoas

Nível de Escolaridade

Em 2014, o percentual de funcionários do CFC com nível superior completo e pós-graduação (lato e stricto sensu) é de 73%, o que contribui para a qualificação dos trabalhos prestados pelos profissionais e melhoria dos serviços.

Ensino Médio Completo

21

Superior Incompleto

Ensino Médio Incompleto

Superior Completo

60

34 Pós-Graduação

Ensino Fundamental

Tempo de Serviço

Até 5 anos

45

18

65

De 6 a 10 anos

Acima de 10 anos

Uma parcela significativa dos funcionários do CFC está há mais de 10 anos prestando serviços para a entidade. Esse resultado é reflexo das ações promovidas pelo Conselho para o comprometimento do seu corpo funcional.

Colaboradores do CFC





Movimentação Funcional

Em 2014, 13 funcionários aprovados no concurso público, realizado em 2010, ingressaram no CFC, para suprir as necessidades institucionais em razão de substituição funcional e otimização dos trabalhos.

Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)

O PCCS é um conjunto de diretrizes capazes de estabelecer uma política de gestão de trabalho articulada, por meio da organização e normatização das relações de trabalho entre empregado e empregador.

São objetivos do PCCS:

- Prever, qualitativa e quantitativamente, os recursos humanos.
- Delimitar atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a cada cargo.
- Definir especificações de cargos.
- Estabelecer uma estrutura salarial.
- Oferecer oportunidades de remuneração capazes de produzir continuada estimulação nos funcionários, elevando seus padrões de produtividade.
- Detectar lacunas no desempenho das funções que possam ser sanadas mediante ações de treinamento, desenvolvimento e educação.

Processo de Avaliação de Desempenho

O CFC adota a Gestão de Pessoas por Competências (GPC). Trata-se de um modelo dinâmico que tem como referência a estratégia da entidade para direcionar as ações de desenvolvimento, gestão de carreira e desempenho, mediante a captação, retenção e desenvolvimento das competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos. O modelo tem como objetivo valorizar as competências técnicas, comportamentais e gerenciais e possibilita a avaliação para fins de progressão funcional por merecimento. Em 2014, 94,82% dos funcionários alcançaram a meta mínima prevista para obter a progressão funcional.



Colaboradores do CFC



Colaboradores do CFC

Gestão de Pessoas



Jovens Aprendizes do CFC

Jovem Aprendiz

De acordo com a Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal n.º 5.598/2005, aprendiz é o jovem que estuda e trabalha, recebendo formação na profissão para a qual está se capacitando. Em 2014, o CFC manteve em seu quadro 3 jovens aprendizes com carga horária de 4 horas.

Portadores de Necessidades Especiais

Com o objetivo de integrar e incluir os portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, o CFC mantém parceria com o Instituto Cultural Educacional e Profissional de Pessoas com Deficiências do Brasil (Icep-Brasil), desde 2006, e conta com a participação de 10 colaboradores. Essa ação contribui para o aumento da qualidade de vida de cada um desses profissionais, garantindo-lhes dignidade e cidadania.

Estagiários

O CFC, em mais uma ação de inclusão social, estimula a inserção, no mercado de trabalho, do jovem estudante de várias áreas do conhecimento, tais como Administração, Direito, Letras, Arquivologia, Recursos Humanos e Publicidade. Em dezembro de 2014, atuavam 12 estagiários.







Educação e Treinamento

Com vistas ao aprimoramento do corpo funcional, o CFC elabora o Plano Anual de Treinamentos, com a finalidade de manter os profissionais qualificados e atualizados.

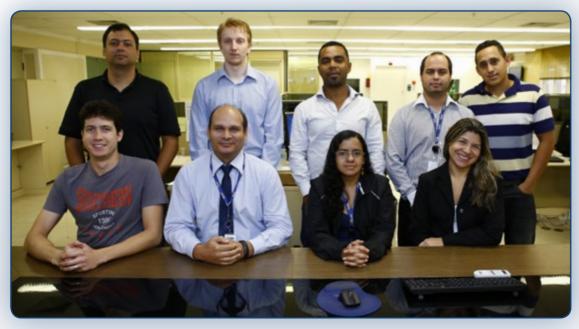
Em 2014, o valor investido em treinamento foi de cerca de R\$139 mil, beneficiando 32,8% do quadro funcional. A média de horas por funcionário para a capacitação profissional durante o ano foi de 12 horas.

Foram realizados treinamentos sobre eSocial (Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), Dirf 2014 – Regras para retenção e preenchimento, ISO 9001:2008, entre outros.

Treinamentos			
Dados Quantidade			
Cursos oferecidos pelo CFC	22		
Funcionários capacitados	41		
Carga horária total de capacitação 1.518 horas			

Auxílio Educação

Com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento e melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido, o CFC oferece subsídio de 50% para a realização de cursos de pós-graduação e de idiomas (inglês e espanhol). Em 2014, o programa beneficiou 11 funcionários.



Colaboradores do CFC

Gestão de Pessoas



Ginástica laboral

Saúde, Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida

Saúde e bem-estar

Com o objetivo de promover o bem-estar e o aumento da qualidade de vida do corpo funcional, o CFC oferece diversos benefícios, como plano de saúde, plano odontológico, auxílio alimentação e refeição, vale-transporte, auxílio creche, licença acompanhante, licença aniversário, licença casamento e licença para casos de falecimento (com prazos superiores aos fixado pela legislação).

Dia Nacional da Saúde

O CFC realizou o evento "Dia Nacional da Saúde", com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre questões relacionadas ao equilíbrio físico e psicológico. Durante o dia, foram oferecidos os seguintes serviços: palestra com o tema Corpo em Movimento, check-list da saúde, massagem expressa, limpeza de pele, reflexologia podal, terapia oscilatória e aula de zumba. O evento contou com a participação de aproximadamente 100 colaboradores do CFC.

Ginástica Laboral

A Ginástica Laboral, adotada desde 2012, é orientada por profissional qualificado com o objetivo de melhorar a saúde e evitar Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e doenças ocupacionais. A atividade é realizada duas vezes por semana, por aproximadamente 15 minutos, e envolve todos os colaboradores.

Segurança no Trabalho

A segurança no trabalho é um conjunto de medidas adotadas para garantir condições que eliminem ou minimizem os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. O CFC mantém uma equipe permanente de brigadistas credenciados pelo Corpo de Bombeiros e possui controle de acesso às dependências e monitoramento eletrônico.

O Conselho cumpre, ainda, o cronograma de atividades disposto na NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O PPRA é parte integrante das iniciativas da entidade no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, estando articulado com o disposto nas demais NRs, em especial com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), previsto na NR 7.



Massagem expressa

O CFC proporciona aos seus funcionários e colaboradores a massagem expressa, utilizando a técnica de Shiatsu. A massagem tem duração de aproximadamente 15 minutos e visa reduzir o estresse, prevenir desconfortos musculares e melhorar o ambiente de trabalho. São oferecidas, mensalmente, 100 massagens expressas aos funcionários e colaboradores.



Com o intuito de ampliar o desenvolvimento intelectual e social de seus colaboradores, foram promovidas palestras de diferentes temas, como Primeiros Socorros; Doenças Não Ocupacionais; Respeitando as Diferenças; Postura Corporal na Estação de Trabalho; e Prevenção de acidentes de trabalho.

Mesa-redonda

O projeto Mesa-redonda foi criado em 2012 para promover a integração e a troca de conhecimentos e experiências entre os colaboradores do CFC. Em 2014, foram realizadas cinco palestras, abordando os seguintes temas: Publicações no DOU; Gestão e Fiscalização de Contratos; Relatório de Justificativa de Ponto; Sistema Gerencial Plano de Trabalho; e Câncer de Mama: um toque pode salvar sua vida.





Palestra sobre primeiros socorros

Convênios

Com o propósito de beneficiar seus funcionários e dependentes, o Conselho firmou convênios para propiciar mais qualidade de vida, conforto e economia na prestação de serviços. Os convênios foram realizados com escolas de idiomas, instituições de ensino superior, clubes, academias, restaurantes, salão de beleza, farmácia, entre outros. Em 2014, o CFC contou com 19 empresas parceiras.

SELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Balanço Socioambiental **2014** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILDADE 111111

Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada Apresenta as atividades promovidas pelo CFC que, direta ou indiretamente, impactaram no Registro, na Fiscalização, na edição de Normas Brasileiras de Contabilidade e na Educação Continuada.



Vice-presidente de Registro, Nelson Zafra (2014/2015)

Registro

Por se tratar de uma das finalidades precípuas do Sistema CFC/CRCs, a área de Registro orienta e acompanha os programas e as atividades dos CRCs, coordenando e supervisionando o registro e o cadastro dos profissionais e das organizações contábeis em todo o País. Também julga e examina os recursos das decisões dos Conselhos Regionais de Contabilidade em processos referentes a registro profissional e organizações contábeis.

Registros Ativos

A classe contábil brasileira encerrou o exercício de 2014 com um total de 508.498 profissionais registrados nos 27 CRCs. Desse total, 317.288 são contadores (62,39%) e 191.210, técnicos em contabilidade (37,61%). O Sistema CFC/CRCs também conta com 45.348 organizações contábeis registradas em todo o Brasil.

	2010	2011	2012	2013	2014
Contador	292.390	290.208	292.686	304.242	317.288
Técnico em Contabilidade	203.194	197.519	192.812	189.710	191.210
Total	495.584	487.727	485.498	493.592	508.498
Organizações	76.322	78.970	81.099	82.643	45.348

Verificou-se um aumento de 14.906 no número de registros em 2014, tendo em vista a publicação da Resolução CFC n.º 1.461/2014, que extinguiu a exigência do Exame de Suficiência aos profissionais com registro baixado e que desejam restabelecê-lo e aos profissionais formados em data anterior à publicação da Lei n.º 12.249, de 14 de junho de 2010. Em relação às organizações contábeis, constatou-se redução substancial, em virtude da publicação da Resolução CFC n.º 1.468, em 30 de outubro de 2014, que extinguiu do cadastro os escritórios individuais.

O CFC, em 2014, superou a marca de meio milhão de profissionais registrados no Sistema CFC/CRCs, consolidando-se entre as cinco maiores profissões regulamentadas do País.







Registros Ativos por Gênero

Do total de 508.498 profissionais ativos, 41,67% são do sexo feminino e 58,34% são do sexo masculino.

2014	Homens	Mulheres
Contadores	174.819	142.469
Técnicos em Contabilidade	121.827	69.383
Total	296.646	211.852

Registros Ativos por Região

A região Sudeste concentra o maior número de profissionais, representando mais de 50% do total de registros ativos em todo o Brasil.

Região	2014
Norte	29.620
Nordeste	80.070
Sudeste	262.595
Sul	91.467
Centro-Oeste	44.746
Total	508.498

Sistema de Processo Eletrônico de Registro (Sper)

O Conselho Federal tornou obrigatória, a partir de 2013, a utilização do Sper pelo Sistema CFC/CRCs, com a finalidade de uniformizar, agilizar, dar maior segurança e eficácia ao andamento dos processos por meio eletrônico.

O Sper é constantemente aperfeiçoado, com o objetivo de promover melhorias na tramitação e julgamento dos processos de registro dos profissionais e organizações contábeis.







Revisão da Legislação Aplicada à Área de Registro

No ano de 2014, foi dada continuidade à revisão de normas e procedimentos relacionados à área de Registro.

A Resolução CFC n.º 1.373/2011 foi alterada pelas Resoluções CFC n.º 1.461/2014 e 1.470/2014, assim como as Resoluções CFC n.º 1.389 e 1.390/2012 foram alteradas pelas Resoluções CFC n.º 1.471 e 1.468/2014, respectivamente.

As Resoluções CFC n.ºs 1.461/2014 e 1.470/2014 versam sobre a regulamentação do Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC); a Resolução CFC n.º 1.468/2014 dispõe sobre o Registro Cadastral das Organizações Contábeis; e a Resolução n.º 1.471/2014 dispõe sobre o Registro Profissional em CRC.

Também foi publicada, em dezembro de 2014, a Resolução CFC n.º 1.472, que dispõe sobre a Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências.

Comissão de Jovens Lideranças Contábeis (CJLC), com o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho

Jovens Lideranças

A Comissão de Jovens Lideranças Contábeis (CJLC) tem por objetivo promover a integração dos jovens profissionais e dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) do País com o Sistema CFC/CRCs, motivando-os ao ingresso no mercado de trabalho, ao desenvolvimento do empreendedorismo, ao exercício da responsabilidade socioambiental e ao incentivo a uma maior participação no cenário da profissão contábil.

Em 2014, a Comissão teve seu primeiro encontro no Conselho Federal de Contabilidade. Na oportunidade, os membros da Comissão foram apresentados aos presidentes e diretores dos CRCs, além dos seus objetivos e sua integração com o Programa de Voluntariado da Classe Contábil com parceria nos projetos de Educação Financeira e Controle Social.

Em agosto, os integrantes da CJLC apoiaram, juntamente com o CFC, o 28° Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis (Enecic), realizado em São Luís (MA), ocasião em que alinharam as metas para 2015. Paralelamente ao evento, ocorreu a nova eleição da Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis (Fenecic), para a gestão de 2015.



XXVIII Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (Enecic)

Realizado em São Luís (MA), o tema do Encontro foi "Nova Contabilidade Pública: Transparência e Controle Social", escolhido em virtude das mudanças na Contabilidade Pública, decorrentes da convergência da contabilidade brasileira com a internacional e, também, pela sua importância no combate à corrupção, por meio da transparência nas contas públicas e no controle social.

Para explorar o tema, a metodologia adotada no evento foi a apresentação de palestras, minicursos, mesas-redondas e espaço para exposição de trabalhos científicos. O evento contou com a participação de 1.200 estudantes, que puderam compartilhar conhecimentos científicos e sociais.

XVII Encontro Regional de Estudantes de Ciências Contábeis (Erecic)

O Encontro realizado em Salvador (BA) contou com cerca de 2,2 mil estudantes durante os quatro dias de programação, envolvendo *talk show*, mesas redondas, palestras, grupos de discussões, oficinas, atividade cultural, ato público, além de feira de livros.

O evento, que foi direcionado para estudantes, profissionais e docentes do curso de Ciências Contábeis, abordou o tema "Ciências Contábeis e Sociedade: Raízes, Identidade e Reconstrução" e teve como objetivo promover a integração, a interação política e o enriquecimento técnico dos profissionais.



XVII Encontro Regional de Estudantes de Ciências Contábeis (Erecic)

Visitas Escolares

O Programa Visitas Escolares tem por objetivo aproximar os futuros profissionais da área contábil com o Conselho Federal, auxiliando também a expandir os limites da aprendizagem para além das salas de aula.

Com essa proposta, o Programa abre as portas do CFC aos alunos de qualquer parte do Brasil, de cursos de graduação em Ciências Contábeis e de cursos de Técnico em Contabilidade, acompanhados de professores responsáveis, para conhecerem as instalações do Conselho.

Durante a visita, os estudantes têm a oportunidade de conhecer o Auditório, a Biblioteca, o Plenário e o Museu Brasileiro de Contabilidade, entre outras instalações. Além disso, passam a entender sobre o funcionamento da entidade e onde ocorre grande parte das discussões da área contábil brasileira e a adquirir um pouco mais de conhecimento sobre a história e o desenvolvimento da profissão.

Durante o ano de 2014, o Programa Visitas Escolares recebeu estudantes de sete faculdades e três universidades, totalizando 364 alunos e 22 professores.

Alunos da Faculdade Católica de Tocantins, em visita ao CFC

Alunos da Faculdade Ines

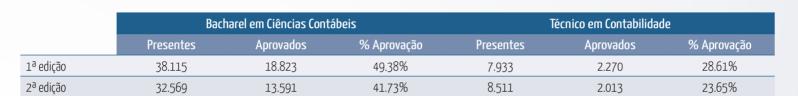


Exame de Suficiência

Com a aprovação da Lei n.º 12.249/2010, que alterou alguns dispositivos do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, foi instituída a obrigatoriedade do Exame de Suficiência para o exercício da atividade contábil no Brasil.

Trata-se de um instrumento para mensurar conhecimentos de acordo com os conteúdos programáticos desenvolvidos nos cursos de Ciências Contábeis. A partir dos resultados observados, as Instituições de Ensino Superior podem reavaliar a qualidade do ensino e, se necessário, promover alterações nas matrizes curriculares.

Foram realizadas, em 2014, duas edicões do Exame de Suficiência.



Parceria entre CFC e SESu/MEC

O Conselho Federal de Contabilidade possui parceria com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) para auxiliar nos processos de regulação e supervisão da educação superior, especificamente na área de Ciências Contábeis.

Uma comissão de especialistas, instituída pelo CFC, elabora manifestações técnicas, em formato eletrônico, disponibilizando os pareceres no Sistema e-MEC para integrar o processo regulatório de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de Ciências Contábeis em todo o Brasil.

Em 2014, o CFC analisou 101 processos sobre a oferta de cursos de Ciências Contábeis.

Processos Analisados em 2014	Quantidade
Autorização de Curso	41
Reconhecimento de Curso	38
Renovação de Reconhecimento de Curso	7
Reconhecimento de Curso – EAD	6
Autorização de Curso – EAD	6
Aditamento – Mudança de Endereço	0
Credenciamento de Curso – EAD	3
Total	101

Cadastro Nacional de Profissionais da Contabilidade

Com o objetivo de dar maior transparência às informações e, também, coibir o exercício ilegal da profissão, o CFC disponibiliza na sua página, na internet, um cadastro nacional de profissionais, cuja pesquisa indica tipo de registro, categoria, localização e situação cadastral (ativo ou não).



Vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Luiz Fernando Nóbrega (2014/2015)

Fiscalização

Os Conselhos de Contabilidade, por meio da sua Fiscalização, têm como compromisso legal atuar como fator de proteção da sociedade, de acordo com os preceitos legais previstos no Art. 2° do Decreto-Lei n.º 9.295/1946.

A fiscalização dos Conselhos de Contabilidade tem por objetivo verificar a regularidade cadastral, bem como executar trabalhos técnicos privativos dos profissionais da contabilidade, entre eles: Auditoria Contábil; Perícia Contábil; Contabilidade; Contrato de Prestação de Serviço e emissão de Decore, devendo as ações fiscalizatórias, em um ciclo de 3 anos, alcançar todos os profissionais registrados nos CRCs pelo menos uma vez.

Ações de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs

O Conselho Federal de Contabilidade é o órgão que congrega e coordena todos os Conselhos Regionais de Contabilidade. Juntos, formam o Sistema CFC/CRCs, responsável pelo registro e fiscalização do exercício da profissão contábil. Tem personalidade jurídica própria com atribuições de interesse público.

Os Conselhos de Contabilidade desenvolvem diversas ações com o intuito de realizar procedimentos fiscalizatórios preventivos e ostensivos, quando necessário. Para intensificar o trabalho de fiscalização, o Sistema CFC/CRCs conta com um grupo de 213 fiscais, que executam suas atividades dentro dos parâmetros estabelecidos e têm buscado aprimorar suas ações, de modo a cumprir suas diretrizes estratégicas. A meta nos últimos anos foi alterada no sentido de que a ação fiscalizatória seja avaliada por entidade e, não, por procedimento realizado.

Em 2014, foram realizadas 642.636 diligências, sendo emitidas 31.263 notificações e abertos 30.310 processos administrativos. Destaca-se que, no ano, com a implementação da fiscalização eletrônica em alguns estados, foram fiscalizadas mais de 120.000 entidades, superando em aproximadamente 300% a meta estabelecida.

Ações realizadas no Sistema CFC/CRCs			
Diligências	642.636		
Notificações Emitidas 31.263			
Processos abertos	30.310		





Acompanhamento e Apoio à Fiscalização dos CRCs

O Conselho Federal de Contabilidade desenvolve, anualmente, atividades de acompanhamento e assessoramento às ações fiscalizatórias efetuadas pelos CRCs.

Esse trabalho promove a uniformidade das ações realizadas no âmbito nacional, por meio da análise do cumprimento dos processos fiscalizatórios estabelecidos no Manual de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs, bem como a verificação da aplicação da norma que estabelece o regulamento de procedimentos processuais do Sistema CFC/CRCs.

Em 2014, os CRCs do Acre, Amazonas, Amapá, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins receberam a visita da Inspetoria Fiscal do CFC.



Este acompanhamento ocorre para atender às demandas específicas dos CRCs ou por levantamento da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, em face das diversas análises e erros reiterados e verificados quando do julgamento dos processos na instância superior.

As visitas às Câmaras de Fiscalização, Ética e Disciplina dos CRCs são realizadas pelos conselheiros do CFC, com o intuito de assessorar o CRC no aprimoramento da instrução e do trâmite processual.

No exercício de 2014, foram realizados Projetos de Acompanhamento e Apoio às Câmaras de Fiscalização, Ética e Disciplina dos CRCs do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, ambos por demanda dos Regionais.



Funcionários do CFC

Encontro dos Chefes de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs

Encontro dos Chefes de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs

O CFC, no exercício de 2014, deu ênfase ao desenvolvimento e ao alinhamento da fiscalização, por meio de projetos e ações desenvolvidos em todo território nacional.

Nesse sentido, foram realizadas diversas reuniões para discutir rotinas administrativas, legislação e aprimoramento dos procedimentos fiscalizatórios do Sistema CFC/CRCs, com a finalidade de padronizar rotinas de fiscalização.

Em 2014, ocorreram duas reuniões de vice-presidentes e chefes de Fiscalização dos CRCs, por região.

Treinamento dos Novos Conselheiros

O Conselho Federal de Contabilidade realiza, a cada início de gestão, treinamento para os novos conselheiros do Sistema CFC/CRCs.

O principal objetivo é capacitar os conselheiros para o desempenho de suas funções, principalmente no que diz respeito à instrução e ao trâmite processual, seja como Relator ou Revisor dos processos ético-disciplinares.

Em 2014, os 27 CRCs receberam a visita de um membro da Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina. Mais de 400 conselheiros do Sistema CFC/CRCs receberam treinamento.

Treinamento do Sistema de Fiscalização Eletrônica

A partir de 2015, o Sistema CFC/CRCs passará por transformações na sua forma de fiscalizar. Todos os CRCs realizarão os procedimentos fiscalizatórios por meio eletrônico.

No ano de 2014, foi iniciado o processo de treinamento, na sede do Conselho Federal, em Brasília (DF), com a participação de 30% do quadro de fiscais do Sistema CFC/CRCs.



Escola de Fiscais do Sistema CFC/CRCs

O Conselho Federal de Contabilidade tem buscado aprimorar seus treinamentos de capacitação técnica, visando ao aperfeiçoamento de uma das suas atividades precípuas, a Fiscalização. Dessa forma, concluiu, em 2014, a elaboração do projeto para estabelecer o programa de formação e aperfeiçoamento de fiscais, de modo a atender às necessidades do Sistema CFC/CRCs. O projeto será implementado em 2016.

O projeto visa, com a implantação da escola, manter um sistema de aprendizagem constante, moderno, eficiente e eficaz, com a obtenção de melhores resultados em relação aos recursos financeiros investidos, e maior efetividade das atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelos Regionais.

Os cursos, que são baseados em módulos de aprendizagem, com apostilas complementares de ensino e vídeos de apoio, terão avaliação ao final de cada módulo. O desenvolvimento humanístico e ético também será contemplado na formação dos fiscais.

Revisão da Legislação Aplicada à Fiscalização

Em 2014, foi constituída a Comissão de Sumulação, cujo objetivo é regulamentar os critérios e legislação que respalde a emissão de súmulas no CFC, bem como revisar as já existentes e propor novas.

O trabalho da Comissão resultou na revogação das súmulas 4 e 5 e na criação das súmulas 10 a 15, promovendo mais dinamismo nas decisões proferidas pelos colegiados do Sistema CFC/CRCs. Além disso, foi elaborada uma proposta de alteração das Resoluções CFC n.º 1.309/2010 e n.º 1.442/2013.

Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

A Revisão Externa de Qualidade – também conhecida como "Revisão dos Pares" – constitui-se como um processo de acompanhamento e controle dos serviços de auditoria independente, que busca alcançar excelência no desempenho profissional. Em razão disso, foi criado um comitê específico, instituído pelo CFC e pelo Ibracon, denominado Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE).

O Comitê tem por objetivo avaliar os procedimentos adotados pelos auditores independentes e pelas empresas de auditoria, buscando assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, mediante o atendimento ao estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais editadas pelo CFC e, na falta destas, nos pronunciamentos do Ibracon, e, quando aplicável, nas normas emitidas por órgãos reguladores.

No ano de 2014, foram realizadas **5** reuniões ordinárias. Para atender ao Programa de Revisão dos Pares, foram selecionados **161** auditores independentes, sendo **31** pessoas físicas e **131** pessoas jurídicas.

O Grupo
Assessor do
CRE, constituído por
funcionários do CFC,
realizou **41** diligências
in loco no ano
de 2014

Tem por objetivo:

empresariais.

• reduzir custos com a dispensa de impressão e armazenamento de documentos em papel e com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;

O Sped é uma solução tecnológica que oficializa, dentro de um formato específico e padronizado, os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas

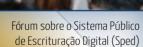
- uniformizar as informações que o contribuinte prestará às diversas unidades federadas;
- fortalecer o controle e a fiscalização, por meio de intercâmbio de dados entre as administrações tributárias e;

Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)

preservar o meio ambiente, pela redução do consumo de papel.

Trata-se de uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, composta por três subprojetos (Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e Nota Fiscal Eletrônica), por meio dos quais o CFC mantém acordo de cooperação técnica com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

Em 2014, o Grupo de Trabalho realizou quatro reuniões e quatro fóruns em conjunto com a Receita Federal







Normatização

O Conselho Federal de Contabilidade, no uso das suas atribuições e legitimado pela Lei n.º 12.249/2010, é o órgão normatizador da profissão, pois elabora e revisa normas de natureza técnica e profissional da área contábil.

Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs)

Em 2014, foram editadas e revisadas as seguintes normas, interpretações e comunicados técnicos gerais:

NBC TG 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
NBC TG 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa
NBC TG 04	Ativo Intangível
NBC TG 05	Divulgação sobre Partes Relacionadas
NBC TG 10	Pagamento Baseado em Ações
NBC TG 15	Combinação de Negócios
NBC TG 18	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
NBC TG 21	Demonstração Intermediária
NBC TG 22	Informações por Segmento
NBC TG 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TG 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
NBC TG 27	Ativo Imobilizado
NBC TG 28	Propriedade para Investimento
NBC TG 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
NBC TG 32	Tributos sobre o Lucro
NBC TG 33	Beneficios a Empregados
NBC TG 35	Demonstrações Separadas
NBC TG 36	Demonstrações Consolidadas
NBC TG 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
NBC TG 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
NBC TG 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
NBC TG 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
NBC TG 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades



Vice-presidente Técnica, Verônica Cunha de Souto Maior (2014/2015)

NBC TG 46	Mensuração do Valor Justo
ITG 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial
ITG 19	Tributos
ITG 20	Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>Funding</i>) Mínimo e sua Interação
CTG 07	Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral
CTG 08	Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil- -Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica Emitidos de Acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade

Foram revisados o comunicado e a interpretação técnicos específicos seguintes:

ITG 2000	Escrituração Contábil
CTG 2001	Define as Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Digital para fins de Atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)
NBC TA 315	Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente

Foi revisada a seguinte Norma de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

NBCT 16.6 Demonstrações Contábeis

Foram, também, editadas e revisadas as seguintes normas e comunicados técnicos aplicados à área de auditoria:

NBC TA 220	Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis
NBC TA 260	Comunicação com os Responsáveis pela Governança
NBC TA 315	Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente
NBC TA 610	Utilização do Trabalho de Auditoria Interna
CTA 19	Orientação aos Auditores Independentes sobre o Entendimento a Respeito dos Procedimentos da Administração na Avaliação dos Assuntos Contidos na MP 627/13
CTA 20	Laudo de Avaliação Emitido por Auditor Independente
CTA 21	Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil



Foram, também, editadas e revisadas as seguintes normas profissionais:

NBC PG 12	Educação Profissional Continuada		
NBC PG 100	Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade		
NBC PG 200	Contadores que Prestam Serviços (Contadores Externos)		
NBC PG 300	300 Contadores Empregados (Contadores Internos)		
NBC PA 13 Exame de Qualificação Técnica			
NBC PA 290	Independência – Trabalhos de Auditoria e Revisão		
NBC PA 291	Independência – Outros Trabalhos de Asseguração		



Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos, suas interpretações e orientações sobre procedimentos de contabilidade societária e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, que visam à uniformização do seu processo de produção.

Criado pela Resolução CFC n.º 1.055/2005, o CPC – que tem a participação da Abrasca, Apimec, BM&FBOVESPA, CFC, Ibracon e Fipecafi – foi idealizado para atender à Convergência Internacional das normas contábeis, observando a representação de processo democrático na produção dessas informações, envolvendo os elaboradores da informação contábil, auditores, usuários, academia, agentes de intermediação e Governo.

Em 2014, as alterações e revisões realizadas pelo lasb nas normas internacionais foram analisadas pelo Comitê – em 12 reuniões –, visando inserções nos documentos emitidos pelo CPC.

O Comitê analisou as *Exposure Drafts* (ED), emitidas pelo lasb, realizou nove reuniões sobre as minutas e enviou "Cartas-Comentários" ao lasb sobre 26 temas.

Comitê Gestor da Convergência no Brasil

A convergência das normas contábeis tem sido um processo de extrema relevância e altamente necessário, especialmente para as empresas que operam em diversos países e que precisam apresentar informações às suas controladoras sediadas no exterior e/ou a seus usuários internacionais (clientes, fornecedores, bancos e outros).

As constantes transformações no cenário econômico, principalmente aquelas decorrentes do poder de investimento de fontes externas de recursos, têm exigido uma padronização na utilização de normas e procedimentos contábeis que proporcione transparência e confiabilidade.

A divulgação de informações sobre a situação patrimonial e financeira das empresas deve estar suportada em normas contábeis de alta qualidade e que facilitem a análise, permitindo a comparabilidade com outras empresas e facilitando o entendimento por parte dos usuários.

A convergência contábil aos padrões internacionais tornou-se irreversível em um contexto de inserção do Brasil na economia global e de fortalecimento do mercado de capitais nacional, uma vez que a apresentação de dois conjuntos de demonstrações contábeis, um de acordo com os padrões nacionais e outro de acordo com os padrões internacionais, pode facilitar erros e ensejar confusões de interpretação.

Criado pela Resolução CFC n.º 1.103/2007, o Comitê tem a finalidade de identificar e monitorar as ações a serem implantadas, viabilizando a convergência das normas contábeis e de auditoria, a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC, dos Pronunciamentos de Contabilidade e Auditoria editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Ibracon, respectivamente.

Grupo Assessor da Área Pública

A disseminação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) continua como atribuição precípua do Grupo Assessor da Área Pública, com o intuito de consolidar o modelo brasileiro em consonância com o padrão internacional.

O Grupo Assessor intensificou a discussão sobre a permanência ou alteração de critérios e práticas contábeis, buscando aumentar a fidedignidade das informações e possibilitar a instrumentalização do controle social, por meio da evidenciação do patrimônio público.

O processo de consolidação dos procedimentos e práticas contábeis essenciais na administração pública e na aplicação integral do Princípio da Competência avançou bastante, ficando estabelecido o prazo até o final de 2014 para a aplicação desses procedimentos e a publicação das Demonstrações Contábeis do Setor Público no novo padrão de contabilidade, inclusive permitindo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a publicação do Balanço Consolidado do País em 2015.

No Brasil, o CFC, a STN e os Tribunais de Contas, da União, dos estados e dos municípios, além dos outros entes envolvidos, desenvolvem um intenso trabalho na consolidação de contas públicas, e isso demonstra a capacidade e o êxito do novo modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro.



Reunião do Grupo Assessor da Área Pública



Educação Continuada

O Conselho Federal de Contabilidade, atendendo às prerrogativas da Lei n.º 12.249/2010 e comprometido na capacitação dos profissionais da área contábil, dispensa expressivos esforços para atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais da contabilidade por meio da Educação Continuada.

Educação Profissional Continuada (EPC)

Educação Profissional Continuada (EPC) é a atividade formal e reconhecida pelo CFC, que tem o intuito de manter, atualizar e expandir os conhecimentos técnicos e profissionais, as habilidades e as competências indispensáveis à qualidade e ao pleno atendimento às normas que regem o exercício da atividade de auditoria independente.

Em 2014, a norma que regulamenta a EPC foi reformulada, resultando na NBC PG 12, publicada no Diário Oficial da União em 8 de dezembro de 2014. Dentre as alterações, destaca-se a ampliação do alcance da norma aos profissionais da contabilidade, que deverão cumprir a Educação Profissional Continuada.

Na nova redação da norma, a EPC é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que:

- a) estejam inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), exercendo, ou não, a atividade de auditoria independente;
- b) estejam registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive sócios, exercendo, ou não, atividade de auditoria independente, responsáveis técnicos e demais profissionais que exerçam cargos de direção ou gerência técnica, nas firmas de auditoria registradas na CVM;
- c) exercem atividades de auditoria independente nas instituições financeiras e nas demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB);
- d) exercem atividades de auditoria independente nas sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep);
- e) exercem atividades de auditoria independente de entidades não mencionadas nas alíneas (b), (c) e (d) como sócios, responsáveis técnicos ou em cargo de direção ou gerência técnica de firmas de auditoria;
- f) que sejam responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela CVM, pelo BCB, pela Susep ou consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 (sociedades de grande porte).

A referida norma entrou em vigor na data de sua publicação e passou a ser aplicada a partir de 1° de janeiro de 2015, exceto em relação aos profissionais referidos nas alíneas (e) e (f), citadas anteriormente, para os quais será aplicada somente a partir de 1° de janeiro de 2016.



Vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional, Zulmir Ivânio Breda (2014/2015)

Os auditores independentes estão obrigados a cumprir, no mínimo, 40 pontos anuais, sendo que destes, no mínimo, 20% devem ser cumpridos com atividades de aquisição de conhecimento.



São capacitadoras:

- Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs);
- Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC);
- Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon);
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon);
- Instituições de Ensino Superior (IES), credenciadas pelo MEC;
- Instituições de Especialização ou Desenvolvimento Profissional que ofereçam cursos ao público em geral;
- Federações, Sindicatos e Associações da classe contábil;
- Firmas de Auditoria Independente;
- Organizações Contábeis; e
- Órgãos Reguladores.

Estão credenciadas para o Programa de Educação Profissional Continuada 435 capacitadoras. Em 2014, foram credenciados 2.809 cursos e eventos.

Cadastro Nacional de Auditores Independente (CNAI)

O Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), criado pela Resolução CFC n.º 1.019/2005, tem por objetivo cadastrar os contadores que atuam no mercado de auditoria independente, permitindo aos órgãos reguladores conhecer a distribuição geográfica desses profissionais, como atuam no mercado e o nível de responsabilidade de cada um, disponibilizando essas informações para que possam acompanhar o exercício profissional com mais eficácia.

Para ingresso no CNAI é necessária prévia aprovação no Exame de Qualificação Técnica (EQT). Em 2014, foram inscritos, automaticamente, 542 auditores no CNAI, tendo em vista à aprovação na 14º edição do EQT.



Exame de Qualificação Técnica (EQT)

O Exame de Qualificação Técnica, regulamentado pela NBC PA 13(R1), é um dos requisitos para a inscrição do contador no CNAI, com vistas à atuação na área da Auditoria Independente. O projeto, parceria entre o CFC e o Ibracon, foi concebido para elevar o conhecimento e a competência técnico-profissional do contador brasileiro, e estimular o aperfeiçoamento do profissional na execução dos trabalhos a serem desenvolvidos na área de Auditoria Independente.

O Exame de Qualificação Técnica também é uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central do Brasil (BCB) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para todos os contadores que desejarem atuar como auditor independente no âmbito do mercado de capitais, de instituições financeiras e de instituições de seguros privados.

Em 2014, foi realizada a 14ª edição do Exame de Qualificação Técnica. Foram obtidos os seguintes quantitativos de inscritos e aprovados:

	QTG	ВСВ	SUSEP
Inscritos	1.177	221	99
Aprovados	449	74	19
Aprovação(%)	38,15%	33,48%	19,19%





Reunião do Grupo do Exame de Qualificação Técnica (EQT)

Programa Gestão & Contabilidade (PGC)

O Master of Business Administration (MBA) em Consultoria & Gestão de Negócios, oferecido por meio do Programa Gestão e Contabilidade, tem como premissa especializar profissionais na geração e interpretação de informações contábeis e gerenciais, imprescindíveis à administração de suas organizações e de seus clientes, o que significa um avanço na qualidade dos serviços de contabilidade.

Programa Gestão & Contabilidade

O curso busca qualificar e capacitar os contadores ou técnicos em contabilidade que possuam curso superior em outra área, para aturarem como consultores nas demandas das empresas de pequeno e médio portes, levando em conta os diversos aspectos que envolvem a gestão empresarial.

O programa foi idealizado pelo CFC em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). Três turmas já foram concluídas e duas estão em andamento. No ano de 2014, a coordenação e execução do PGC passaram para os cuidados da FBC.

Eventos realizados no Sistema CFC/CRCs

Para contribuir com a capacitação e com o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área, o Sistema CFC/CRCs realizou 4.489 eventos, em 2014, com 213.304 participantes.

Eventos de Calendário

O CFC apoia os Conselhos Regionais de Contabilidade custeando as despesas logísticas de palestrantes em diversos eventos, como convenções, seminários, jornadas e fóruns promovidos pelos CRCs, com o objetivo de qualificar os profissionais e estudantes da Contabilidade.

Em 2014, foram custeadas as despesas de 60 palestrantes em 119 eventos promovidos por 26 CRCs.

Eventos de Um Dia

Este projeto consiste no apoio financeiro oferecido pelo CFC aos Conselhos Regionais de Contabilidade para a realização de eventos de curta duração, especificamente cursos e palestras. Visa propiciar o desenvolvimento do Programa de Educação Continuada dos CRCs, proporcionando aos profissionais da contabilidade a oportunidade de se atualizarem e aprimorarem seus conhecimentos para o desempenho de suas atividades.

Em 2014, foram realizados nove eventos com apoio financeiro do CFC.



Projeto Mulher Contabilista



O projeto tem como finalidade promover o aprimoramento técnico-cultural, por meio de ações de incentivo a uma maior participação das profissionais da contabilidade na vida social e

política do País. Destaca o papel e a importância da mulher no contexto social, além de impulsioná-las ao empreendedorismo.

O projeto visa, também, promover a união da classe, a constante evolução da Ciência Contábil, a Educação Continuada e a conscientização da relevância de seus valores e postura para o mercado de trabalho.

O CFC apoiou a realização de fóruns, seminários e encontros de diversos estados no Brasil, com destaque para os preparativos do X Encontro Nacional da Mulher Contabilista, realizado em 2015, em Foz do Iguaçu (PR).

Em 2014, as mulheres representavam 41,67%, ou seja, 211.852 do total dos profissionais registrados.



Convenções do Sistema CFC/CRCs

O CFC, durante o ano de 2014, apoiou as convenções estaduais realizadas pelos CRCs, com o intuito de promover a Educação Profissional Continuada entre os profissionais da contabilidade do País.

Temas ligados às normas internacionais de contabilidade (IFRS); contabilidade aplicada ao setor público; cenários e perspectivas profissionais; Sped; e-Social; transparência da informação; contabilidade como ferramenta de gestão, entre outros. As convenções contaram com aproximadamente 4.100 profissionais.

Evento	N.º de participantes
II Convenção de Contabilidade do Amazonas	250
IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco	500
19º Encontro de Contabilidade do Tocantins	600
3ª Convenção dos Contabilistas de Rondônia	400
2ª Convenção de Contabilidade do Piauí	580
14ª Convenção de Contabilidade do Estado do Ceará	1.500
1ª Conferência de Contabilidade do Pará	270



14ª Convenção de Contabilidade do Estado do Ceará



IX Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC)

O Encontro tem por objetivo aproximar o Conselho Federal de Contabilidade da realidade das instituições de ensino superior, discutir a qualidade do ensino e as tendências da profissão e debater os principais desafios dos cursos de Ciências Contábeis.

O Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), realizou a nona edição do Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC), em Brasília (DF), e contou com a participação de 191 participantes, entre coordenadores e professores dos cursos de Ciências Contábeis, gestores das Instituições de Ensino Superior (IES) e dirigentes pedagógicos.

Durante o evento, foram discutidos temas, como as tecnologias digitais e a educação contemporânea; o desempenho dos estudantes de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência; panorama global do curso de Ciências Contábeis; e adaptação dos cursos de Ciências Contábeis ao ensino do IFRS.

IX Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC)

Mesa de Honra do IX Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC)



VIII Congresso Anpcont

A oitava edição do Congresso, com o tema central "Desenvolvimento tecnológico e evolução contábil", foi realizada no Rio de Janeiro (RJ) pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont) com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade. Trata-se de um evento de importante significado acadêmico-científico.

A realização do evento teve como principais objetivos debater os temas relevantes das Ciências Contábeis, abordando aspectos referentes aos temas do evento; divulgar a produção técnico-científica da área; e fortalecer a produção científica e o intercâmbio dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do País.

A programação incluiu palestras, sessões temáticas (apresentação de trabalhos), painéis e workshops.

O evento
contou com a
presença de 200
participantes, entre
estudantes,
professores,
pesquisadores e
profissionais

Seminário Empreender

O Conselho Federal de Contabilidade apoiou a realização do Seminário Empreender, realizado em Fortaleza (CE). O evento teve como finalidade a difusão e o incentivo das políticas do Governo federal no campo do empreendedorismo, especialmente relacionadas às micros e pequenas empresas (MPEs) a partir das leis que instituíram o Supersimples e o Empreendedor Individual.

A oitava edição do encontro teve como foco a capacitação dos empreendedores já formalizados, com o intuito de orientá-los para os desafios do mercado e do gerenciamento dos negócios, com perspectivas de crescimento até 2020.



3° Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos (ECCCP)

O Encontro é realizado a cada dois anos, com o objetivo de promover a integração entre os contadores e controladores públicos, internos e externos, das diversas esferas do serviço público, visando compartilhar conhecimentos e ideias. Em 2014, a terceira edição ocorreu em Jaraguá do Sul (SC), com o apoio do CFC.

A adoção, pelo Brasil, de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBCT SP) e a convergência às normas internacionais (Ipsas) que tratam deste ramo de conhecimento, foram os temas centrais do Encontro.

A programação trouxe, ainda, debates sobre valorização do contador público, transparência e comunicação digital, além de renúncia de receita, controle interno e patrimônio público, desafios e vantagens da adoção da contabilidade aplicada ao setor público.

XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e XI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade

Concebido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/ USP), o XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade foi realizado em 2014, com o apoio do CFC, simultaneamente com o XI Congresso USP de Iniciação Científica. É um evento consolidado no País e se firma como o principal espaço para o debate das áreas de Controladoria e Contabilidade.

Tem por objetivo principal promover o intercâmbio de estudos e experiências, bem como a divulgação de ideias sobre a teoria e a prática da Controladoria e da Contabilidade, aproximando profissionais deste segmento e pesquisadores acadêmicos em momentos, como apresentações de trabalhos, *workshops* e palestras. A temática para este ano foi: "Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil".



XI Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ENCC)

XI Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ENCC)

Promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ACADERNCIC), e com o apoio do CFC, o XI ENCC proporcionou momentos de aprendizado relevantes para profissionais, estudantes e educadores da área contábil.

O Encontro, realizado em Natal (RN), teve como tema "Contabilidade, Transparência Pública e Geração de Riquezas". O objetivo central do evento foi promover o desenvolvimento profissional da classe contábil e incentivar a produção científica acerca de temas que permitam avanços na ciência e na profissão contábil.

A programação envolveu debates sobre as Normas

Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Privado, Público, Terceiro Setor, Auditoria, Perícia, Sped e Responsabilidade Socioambiental. De forma simultânea, foram realizados o II Encontro da Mulher Profissional e Estudantes de Ciências Contábeis e o I Fórum do CRCRN Jovem.



4º Encontro de Estudantes de Contabilidade do Estado de São Paulo

O evento, organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, em são Bernardo do Campo (SP), com o apoio da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp) e do CFC, oportunizou o debate sobre os desafios e oportunidades da profissão em que poderá atuar a nova geração da Contabilidade, além de discutir sobre a criação de projetos, empreendedorismo e responsabilidades necessárias para uma carreira de sucesso.

0 evento contou com mais de 5.000 participantes

VI Encontro Paraibano da Mulher Contabilista e I Colóquio Paraibano de Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis

A Presença da Mulher na Contabilidade e o Ensino das Ciências Contábeis foram os temas do VI Encontro Paraibano da Mulher Contabilista e do I Colóquio Paraibano de Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis. Os eventos foram realizados em Campina Grande (PB).

O Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, em seu Programa de Educação Continuada, com o apoio do CFC, promoveu os eventos, que contaram com palestras e *talk show*.

Os objetivos do VI Encontro Paraibano da Mulher Contabilista foram debater os temas atuais que impactam a profissão; incentivar e motivar a participação efetiva da profissional da contabilidade na vida política, econômica e social; e manter e ampliar os espaços já conquistados nas entidades representativas da classe contábil.

Já o I Colóquio Paraibano de Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis teve como objetivos principais: congregar os coordenadores, professores e alunos de Ciências Contábeis do Estado da Paraíba, para gerar debates e reflexões sobre o ensino e pesquisa em Ciências Contábeis; avaliar alterações entre ensino e pesquisa em Ciências Contábeis; e discutir a gestão dos cursos e trocar experiências. VI Encontro Paraibano da Mulher Contabilista e I Colóquio Paraibano de Coordenadores e Professores de Ciências Contábes



Educação Continuada no Sistema CFC/CRCs

Seminário de Gestão para Presidentes, Vice-Presidentes e Diretores do Sistema CFC/CRCs

Realizado em Brasília (DF), o Seminário de Gestão para Presidentes, Vice-Presidentes e Diretores do Sistema CFC/CRCs abordou assuntos pertinentes às funções básicas do Sistema, que envolvem a administração, registro, normatização, educação continuada e fiscalização do exercício profissional. Contou com a presença de 400 participantes, entre presidentes, vice-presidentes, conselheiros e diretores do Sistema CFC/CRCs.

O seminário teve como objetivo promover o acompanhamento dos Conselhos Regionais, principalmente no que se refere ao alinhamento e ao planejamento de ações relativas aos projetos do plano de trabalho do exercício de 2014, e proporcionar treinamento para as atividades a serem exercidas nos CRCs.



Reuniões de Presidentes do Sistema CFC/CRCs

O dinamismo da profissão contábil exige constante acompanhamento e aperfeiçoamento por parte dos órgãos fiscalizadores. A realização de reuniões no Sistema constitui importante ferramenta na busca de melhorias e soluções dos problemas encontrados pelos gestores.

Reuniões de Presidentes do Sistema CFC/CRCs

No decorrer do exercício de 2014, foram realizadas reuniões com os presidentes dos Conselhos de Contabilidade para tratarem de assuntos relevantes e de interesse da Classe Contábil. Entre as matérias abordadas, destaca-se a aprovação do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2014/2015, com enfoque nos resultados institucionais, público-alvo, processos, pessoas e tecnologia, recursos e logística.

Nas referidas reuniões, foram discutidas as estratégias da gestão 2014/2015: reformulação da fiscalização; modernização da tecnologia da informação; fortalecimento do relacionamento e comunicação institucional; aprovação da nova identidade visual para o Sistema CFC/CRCs, e debate sobre a importância da integração do Sistema CFC/CRCs.



Seminário de Vice-Presidentes do Sistema CFC/CRCs

O evento, realizado em Brasília (DF), oportunizou a participação de todos os vice-presidentes do Sistema CFC/CRCs para refletirem e discutirem os projetos das áreas de Registro, Fiscalização, Desenvolvimento Operacional, Desenvolvimento Profissional e Institucional, Controle Interno, Técnica e Administrativa, com o objetivo de padronizar procedimentos, melhorar os processos, promover integração e ampliar as relações e parcerias institucionais.

Dentre os assuntos abordados pelas Vice-Presidências, destacam-se:

• Controle Interno: as competências do Controle Interno, de forma a demonstrar a sua área de atuação e sua importância para a gestão dos Conselhos; o papel da auditoria interna e externa; Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; julgamento das contas; principais vedações dos atos de gestão; principais decisões relativas aos gastos na administração pública; procedimentos e organização dos processos de proposta orçamentária, créditos adicionais, balancetes e prestações de contas (prazos de entrega); proposta orçamentária; Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs; recursos tecnológicos – fórum de perguntas e respostas / Sistema Eletrônico de Documentos Contábeis; detalhamento do processo de prestação de contas - normas, formas de apresentação do relatório de gestão e conteúdos obrigatórios.







Seminário de Vice-Presidentes Administrativos e de Desenvolvimento Operacional do Sistema CFC/CRCs

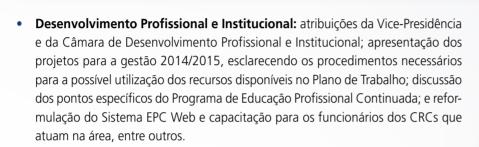


Seminário de Vice-Presidentes Técnicos do Sistema CFC/CRCs

- Administrativo: atribuições da Vice-Presidência Administrativa e da Câmara de Assuntos Gerais; apresentação dos projetos para a gestão 2014/2015; elaboração do Relatório de Gestão; licitação e gestão de contratos; gestão de bens patrimoniais; contabilidade; Lei de Acesso à Informação; tecnologia da informação, entre outros.
- Desenvolvimento Operacional: elaboração do Relatório de Gestão para apresentação ao TCU; acompanhamento e assessoramento à cobrança dos CRCs; projetos de apoio financeiro; apoio à gestão dos CRCs em conjunto com a área administrativa; modernização da tecnologia da informação para o Sistema CFC/CRCs; "Banco de Dados" contendo todos os projetos e atividades do Plano de Trabalho alinhado ao Planejamento Estratégico; e fórum de Perguntas e Respostas.
- Técnica: as competências da Vice-Presidência Técnica, de acordo com a Resolução CFC n.º 1.458/2013; o organograma e as atribuições da Câmara Técnica e as competências das Vice-Presidências Técnicas nos Conselhos Regionais; detalhamento dos projetos no biênio 2014/2015; e o relacionamento do CFC com os organismos internacionais.
- Registro: principais projetos da área para o biênio 2014/2015, como ampliação do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), Sistema de Processo Eletrônico de Registro (Sper), recadastramento das organizações contábeis e revisão do cadastro.







 Fiscalização: as competências e responsabilidades das Câmaras de Fiscalização, Ética e Disciplina, a implantação da fiscalização eletrônica e o desenvolvimento do projeto do processo eletrônico, as diretrizes para treinamento de conselheiros e colaboradores do Sistema CFC/CRCs, os projetos de apoio e assessoramento às Câmaras e aos Setores de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs, entre outras ações a serem desenvolvidas.

Seminário de Vice-Presidentes de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Sistema CFC/CRCs



Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada

Treinamento Operacional do Programa de Educação Profissional Continuada

O treinamento teve por objetivo apresentar o funcionamento do Sistema WEB de Educação Profissional Continuada e os procedimentos para a instrução processual.

Participaram os seguintes Conselhos Regionais de Contabilidade: Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

V Encontro de Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs

O Encontro, realizado em Curitiba (PR), permitiu compartilhar experiências relacionadas às suas atividades entre os assessores jurídicos dos Conselhos de Contabilidade, debater situações comuns pertinentes ao cotidiano dos CRCs e tratar dos seguintes temas: "Resolução CFC n.º 1.445/2013 (COAF – Lavagem de Dinheiro): Aplicações práticas e sanções pelos Conselhos de Contabilidade"; "A execução fiscal dos conselhos e os aspectos polêmicos após a Lei n.º 12.514/2011"; "Regime jurídico de trabalho dos funcionários dos Conselhos Profissionais: Aplicabilidade e efeitos práticos das decisões proferidas pelo STJ (RESP 507536) e STF (ADIN 2135)"; "O poder de polícia dos Conselhos e o sigilo dos papéis de trabalho dos escritórios de contabilidade"; "Aplicação da Lei n.º 9.492/1997 (protesto CDA) aos Conselhos de Fiscalização Profissionais"; "Eleições: proposta de alteração da Resolução CFC n.º 1.435/2013"; "Lei de Acesso à informação: aspectos polêmicos"; "Lei Complementar n.º 147/2014: Reflexos nas Resoluções do CFC"; "Escritório Individual".

O evento foi importante para alinhar entendimentos entre os assessores jurídicos e para o processo de melhoria no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

V Encontro de Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs





Eventos Internacionais

5° Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal, em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade e o

Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, realizou a quinta edição do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, em Campina Grande (PB).

Com o lema "Separados pelo Oceano, Unidos pela Contabilidade", o Encontro teve por objetivo transferir conhecimentos da profissão contábil para os países de língua portuguesa – experiências de Brasil e Portugal.

A programação foi composta de palestras e painéis, que trataram de assuntos relacionados aos desafios e tendências da Contabilidade. O evento contou com a participação de mais de 800 inscritos, entre estudantes, profissionais da contabilidade e demais profissionais.

Paralelo ao 5º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, foram realizados o VI Encontro Paraibano da Mulher Contabilista e o I Colóquio Paraibano de Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis





Mesa de Honra do 5º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade



5º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade teve mais de 800 participantes

Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada

IV Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público

IV Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público

O evento, realizado pelo CFC, Escola de Administração Fazendária (Esaf) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), proporcionou o debate sobre as experiências de implantação e disseminação das boas práticas de gestão de custos e qualidade do gasto no setor público.

O CFC entende que a participação da classe contábil cumpre o papel de elo entre o órgão público e o gestor, e que, para se ter uma administração adequada dos recursos públicos, é necessário um

processo altamente dinâmico, que envolve profissionais dotados de várias *expertises* com a finalidade de gerar informações precisas e confiáveis no que diz respeito à aplicação desses recursos.

A programação do IV Congresso incluiu palestras e painéis com a finalidade de difundir a cultura de gestão de custos no setor público, em especial mediante o uso do Sistema de Informações de Custos (SIC), gerenciado pelo Tesouro Nacional. Além da comunidade acadêmica e da sociedade civil, participaram do evento representantes dos órgãos setoriais de custos da União e demais usuários do SIC.

Cumbre de las Américas

Com o lema Formação Integral em apoio ao desenvolvimento econômico, o Cumbre de las Américas 2014 foi realizado em Manágua, Nicarágua, e reuniu profissionais da contabilidade de diversos países, para trocarem experiências e tratarem de assuntos referentes à profissão, entre eles, o setor público, normas internacionais, ensino superior e tributação e impactos da crise global no mercado da contabilidade.

Trata-se de um dos eventos mais importantes da área contábil no continente americano, e foi organizado pela Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e pelo Colégio de Contadores Públicos da Nicarágua. O Conselho Federal de Contabilidade é um dos apoiadores do evento, assim como outras entidades contábeis de mais 21 países da América Latina.





XI Seminário Internacional CPC Normas Contábeis Internacionais

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis realizou o "XI Seminário Internacional CPC – Normas Contábeis Internacionais", em São Paulo (SP), como parte de um Programa de Educação Continuada e de sustentabilidade, organizado pela Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC).

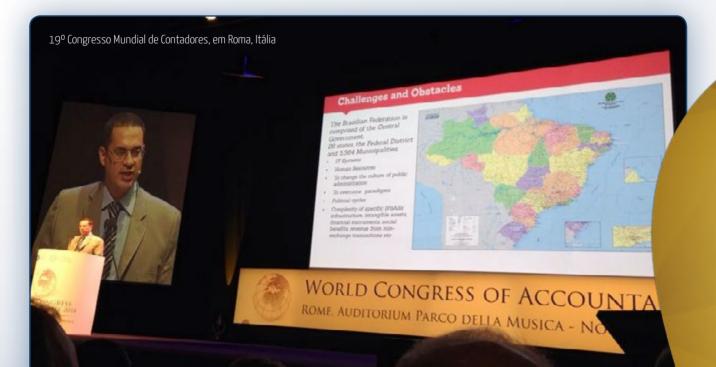
A programação teve como objetivo proporcionar uma visão das mudanças mais relevantes que estão em andamento e o atual estágio de adoção das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), conforme a agenda do *International Accounting Standards Board* (lasb) e do CPC.

Dentre os temas abordados, destacam-se: IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios; IFRS 15 – Reconhecimento de Receitas; evolução dos assuntos tratados pelo Grupo de Estudos CPC / Receita Federal do Brasil; Notas Explicativas – Orientação do CPC e Planos de Trabalho – lasb, Glenif/Glass, Asaf e CPC.

Congresso Mundial de Contadores

O Congresso é realizado a cada quatro anos e considerado um dos mais importantes para a profissão contábil. A 19ª edição foi organizada pelo Conselho Nacional de Contabilistas e Auditores Certificados da Itália (CNDCRE) e pela Federação Internacional dos Contadores (Ifac), em Roma, na Itália.

Com o tema "Visão 2020: Aprendendo com o Passado, Construir o Futuro", o congresso explorou o papel fundamental da contabilidade, em meio à mudança econômica, política e social. Especialistas internacionais discutiram a importância da transparência nas finanças públicas como fator de crescimento econômico; a criação de valor nas organizações por meio de uma visão global do negócio; e as novidades sobre as Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria. Temas como Responsabilidade Social e Contabilidade Aplicada ao Setor Público também foram debatidos.



SELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Balanço Socioambiental **2014** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILDADE 111111

Gestão Socioambiental Apresenta as ações, os projetos e os programas desenvolvidos pelo CFC, os quais demonstram sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social e pessoal dos profissionais da contabilidade.

Gestão **Socioambiental**

Funcionária do CFC com a filha, em evento de comemoração do Dia das Crianças



Introdução

O compromisso com a sociedade e o meio ambiente, consolidado em uma gestão pautada na sustentabilidade e transparência, se reflete nas ações, nos projetos e nos programas sociais e ambientais desenvolvidos pelo CFC.

Datas Comemorativas

Para promover a integração do corpo funcional do CFC, foram realizadas confraternizações nas datas comemorativas, como Dia das Crianças, Aniversariantes do Mês e Natal.

Site do CFC

O site do CFC continua sendo uma importante fonte de pesquisa, que disponibiliza aos profissionais da contabilidade, estudantes e à sociedade em geral informações diversas e relevantes da área contábil.

O site traz a estrutura, o Planejamento Estratégico do CFC, as principais atividades de cada Vice-Presidência, os trabalhos desenvolvidos, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação da profissão contábil.

Em 2014, foram 1.660.003 acessos procedentes de 132 países ao site do CFC.

Intranet

Ferramenta de comunicação interna, ágil e prática, que proporciona interatividade e compartilhamento de informações restritas, redução de impressos e, consequentemente, preservação do meio ambiente.

Em 2014, o CFC reformulou a intranet para torná-la mais dinâmica e melhorar a comunicação entre os colaboradores da empresa.



Acesso à Informação no Sistema CFC/CRCs

Ser transparente em suas ações é um dever que o Sistema CFC/CRCs tem para com os profissionais da contabilidade e a sociedade. De forma organizada e conjunta, o trabalho desenvolvido pelo Sistema possibilita um efetivo controle social por parte dos profissionais e cidadãos que utilizam os serviços contábeis. Este trabalho inclui o "Portal da Transparência e Acesso à Informação", o "Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)", a elaboração do Manual de Acesso à Informação do Sistema CFC/CRCs e do Manual e-SIC: Guia do Cidadão.

Portal da Transparência e Acesso à Informação

O Portal da Transparência e Acesso à Informação é um canal de comunicação que amplia as possibilidades de consultas e pesquisas, de modo que a sociedade acompanhe a gestão do Conselho e as ações institucionais voltadas à profissão contábil.

Por meio deste canal, é possível obter dados sobre estrutura organizacional, execução orçamentária, programas e projetos, diárias e passagens, demons-

trações contábeis e prestações de contas, balanço socioambiental, licitações, contratos e convênios, concurso público, quadro de pessoal, atos normativos, perguntas e respostas e dados estatísticos do CFC.

Em novembro de 2014, o CFC começou a realizar levantamento estatístico da quantidade de acessos ao Portal. Nesse período (novembro e dezembro), foram realizados 2.307 acessos, sendo que 42,21%, no item "Quadro de Pessoal".

Comissão Permanente de Transparência do CFC

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Em 2014, o CFC, por meio de parceria firmada com a Controladoria-Geral da União, disponibilizou o "e-SIC" – sistema eletrônico web, que funciona como porta de entrada única para os pedidos de acesso à informação, a fim de organizar e facilitar o processo, tanto para o cidadão quanto para a entidade.

O e-SIC foi parametrizado para a realidade do Sistema CFC/CRCs, sendo o Conselho Federal o responsável pelo seu gerenciamento. O e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação aos Conselhos de Contabilidade.

Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo de resposta pelo número de protocolo gerado; entrar com recursos; e consultar as respostas recebidas.

O e-SIC também possibilita aos Conselhos de Contabilidade acompanhar a implementação das normas que regulamentam o acesso à informação e produzir estatísticas sobre o seu cumprimento, com a extração de relatórios referentes a todas as solicitações e seus respectivos encaminhamentos. O acesso ao sistema é feito pelo Portal da Transparência, disponível no site de cada Conselho de Contabilidade.

Em 2014, foram recebidos 24 pedidos de acesso à informação por meio do e-SIC, com resposta a 100% dos pedidos registrados.







Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o Conselho Federal de Contabilidade para receber reivindicações, consultas e sugestões referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs. As demandas são recebidas pelo e-mail *ouvidoria@cfc.org.br*, disponível no site do Conselho.

A Ouvidoria recolhe as informações; acompanha o andamento do atendimento solicitado; e emite resposta ao cidadão, contribuindo, assim, para a melhoria da gestão e, consequentemente, para a satisfação da sociedade.

Em setembro de 2014, o CFC começou a realizar levantamento estatístico da Ouvidoria. Neste período (setembro a dezembro), foram recebidos 275 e-mails, sendo que 66,91% são referentes aos assuntos da área de Registro. O prazo para respostas às solicitações é de aproximadamente cinco dias.

Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)

A Revista Brasileira de Contabilidade, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, é uma das mais antigas publicações técnicas em Contabilidade do Brasil, sendo que o seu primeiro número data de 1912.

Conceituada no meio acadêmico como fonte confiável de pesquisa na área contábil, a RBC possui o conceito B3 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Além dos seis artigos técnicos, que são selecionados conforme critérios definidos pelo Conselho Editorial, as edições bimestrais trazem reportagens ou entrevistas com especialistas e autoridades da área contábil, com a finalidade de complementar as publicações com conteúdo técnico-informativo.

Em 2014, uma reportagem publicada pela RBC recebeu o Prêmio Transparência de Jornalismo – categoria Centro-Oeste, Norte e Nordeste –, promovido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). A reporta-

gem vencedora teve como título "Ambiente regulatório prudencial e a convergência de normas das instituições financeira" e foi publicada na edição de julho/agosto de 2013.

A revista possui tiragem de 10 mil exemplares e é distribuída aos seus assinantes, que estão, em sua maioria, nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Jornal do CFC

Com tiragem de 10 mil exemplares, o Jornal do CFC traz informações do Sistema CFC/CRCs sobre assuntos de interesse da classe. O documento é enviado para parlamentares, prefeituras, entidades contábeis, Conselhos Regionais e instituições de ensino.

Em 2014, foram impressos 50 mil exemplares do jornal. As edições também estão disponíveis no site do CFC (para *download* e leitura *on-line*) e são divulgadas nas redes sociais.





CFC Informa

Uma das primeiras iniciativas da gestão atual do CFC, em janeiro de 2014, foi priorizar as ações de comunicação da entidade com os profissionais da contabilidade. Por isso, foi criado o boletim eletrônico CFC Informa, que passou a ser enviado, por e-mail, aos contadores e técnicos que possuem registro ativo nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A primeira edição foi enviada no dia 3 de fevereiro de 2014, trazendo a explicação de que o novo meio de comunicação do CFC foi criado com a finalidade de melhorar o acesso à informação de temas relacionados à área contábil e manter atualizados os mais de 500 mil profissionais da contabilidade.

Durante o ano de 2014, foram enviadas 68 edições do boletim eletrônico, com matérias sobre a Contabilidade brasileira, o CFC, e também sobre os CRCs, veiculando inúmeras notícias importantes para a classe contábil.





Biblioteca

Inaugurada em 16 de novembro de 1973, a Biblioteca do CFC conta com aproximadamente 16.500 itens bibliográficos que enfocam, específica ou correlativamente, assuntos afetos à área contábil e outros temas de interesse do Conselho Federal.

Por meio da base de dados da Biblioteca do CFC (http://www.portalcfc.org. br/biblioteca/), são disponibilizados cerca de 4 mil trabalhos e artigos para acesso eletrônico, muitos deles publicados em periódicos especializados da área.

Em 2014, a Biblioteca do CFC teve 5.802 consultas locais e 24.417 consultas via terminal.

Museu Brasileiro de Contabilidade

O Museu Brasileiro de Contabilidade é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público e a serviço da sociedade. O Museu adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe a história da evolução da Contabilidade no Brasil e no mundo, para fins de estudo, educação e lazer. Além disso, destaca a atuação do Conselho Federal de Contabilidade desde a sua fundação, em 1946.

Em 2014, o Museu Brasileiro de Contabilidade teve, aproximadamente, 500 visitantes – estudantes, professores e profissionais da área contábil.



Gestão Socioambiental

Edições publicadas

O CFC edita livros gratuitamente para os profissionais de todo o País. Os exemplares são disponibilizados no site da entidade ou, caso tenha em estoque, são encaminhados mediante solicitação.

Em 2014, foram lançadas as seguintes publicações: Cartilha Coaf; Manual de Contabilidade do Setor Público; Partidas Dobradas – Contabilidade Necessária; Balanço Socioambiental 2013; Relatório CPC; livreto Milésima Plenária; Manual de Acesso à Informação do Sistema CFC/CRCs; e Manual e-SIC: Guia do Cidadão.

Projeto CFC em Um Dia

O CFC reformulou e reinstituiu o Projeto CFC em Um Dia, cuja finalidade é promover a participação dos profissionais das entidades representativas da classe oriundos de todas as regiões do País (delegados e representantes regionais, conselheiros e funcionários contadores dos CRCs) nas discussões e debates que envolvem o Sistema CFC/CRCs.

O projeto prevê um sorteio mensal durante a reunião Plenária, por meio do qual são definidos os profissionais que visitarão as instalações do edifício sede, em Brasília (DF), no mês subsequente, além da participação efetiva desses profissionais nas reuniões de Câmaras e Plenárias do CFC. Em 2014, 27 profissionais foram contemplados no sorteio.

Participantes contemplados no projeto CFC em Um Dia, do mês de junho





Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

Em função da obrigação legal introduzida pela Lei n.º 12.683/2012 aos profissionais e organizações contábeis, o CFC desenvolveu estudos perante o Coaf, de modo a regulamentar a aplicação da lei no âmbito da classe contábil brasileira.

Ressalta-se ainda que, não obstante o Conselho Federal ter regulamentado a matéria para atender aos dispositivos da Lei, o Ministério Público Federal interpelou o CFC a se pronunciar quanto às providências tomadas para a regulação e a aplicação da legislação para a categoria.

Diante da imposição e seu respectivo cumprimento, o Conselho Federal editou a Resolução CFC n.º 1.445/2013, resultado de um longo trabalho que buscou adequar a Lei e a Resolução Coaf n.º 24/2013, de forma a atender, exclusivamente, às atividades e à prestação de serviços da profissão contábil.

A Resolução CFC n.º 1.445/2010 estabelece que, a partir de janeiro de 2015, todos os profissionais da contabilidade e as organizações contábeis devem fazer as comunições, positivas ou negativas, em decorrência de indícios de atividades suspeitas de lavagem de dinheiro, conforme previsto na Lei n.º 12.683/2012.

Com o intuito de orientar os CRCs, Sescon/Sescap e Ibracon, o CFC realizou três Seminários com a participação de membros do Coaf, para orientar e auxiliar os profissionais da contabilidade para a devida comunicação.

Os Seminários foram conduzidos pelos membros da comissão instituída pelo CFC para a capacitação e acompanhamento dos procedimentos a serem observados polas para fiscionarios a capacitação e acompanhamento dos procedimentos a serem observados polas para fiscionarios acompanhamento dos procedimentos a serem observados polas para fiscionarios dos polas para fiscionarios de companhamento dos procedimentos a serem observados polas para fiscionarios de comissão polas para fiscionarios de comissão polas para fiscionarios de comissão dos procedimentos de comissão de comis

pelos profissionais e organizações contábeis em relação ao cumprimento das obrigações previstas na Resolução do CFC. Mais de 130 pessoas participaram dos seminários, que alcançaram todas as regiões do País.

Além disso, foram elaborados cartilha e material de divulgação, com o objetivo de esclarecer e orientar os profissionais e organizações contábeis quanto à aplicação da Lei n.º 9.613/1998 e da própria Resolução CFC n.º 1.445/2013 nos aspectos da prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro. A cartilha está disponível no site do CFC.



Seminário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)



Gestão **Socioambiental** Balanço Socioambiental 2014 Uma nova identidade

Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC)

O PVCC é um programa que visa sensibilizar os profissionais da contabilidade sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O objetivo do programa é estimular a prática cidadã e o espírito de responsabilidade social entre os profissionais da contabilidade por meio da difusão do voluntariado organizado, incentivando-os a comprometerem-se com questões relevantes para o País.

Podem contribuir com o Programa profissionais com registro ativo e estudantes com supervisão. Em 2014, participaram do PVCC 4.951 profissionais da contabilidade.

Programa de
Voluntariado
da Classe Contábil

Em agosto de 2014, o Programa foi reformulado para tornar as ações do PVCC mais palpáveis e produzir resultados mais eficazes, passando a assumir o seguinte formato:

Subprograma 1 Rede Nacional de Cidadania Fiscal – Observatórios Sociais

Nos países democráticos, a participação dos cidadãos no monitoramento da gestão pública é uma realidade cada vez mais disseminada. O Brasil, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) e, mais recentemente, pela Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), regulamenta a transparência de todas as informações sobre atos e fatos da gestão e o incentivo ao controle social.

Alinhado com esta realidade, este subprograma tem por objetivo estimular os profissionais a liderarem o processo de criação e operacionalização de Observatórios Sociais nos seus municípios.

Os Observatórios Sociais (OS) são organizações instituídas e mantidas pela sociedade civil, tendo por finalidade promover a conscientização da sociedade para a cidadania fiscal e propor aos governos locais a adequada e transparente gestão dos recursos públicos, por meio de ações de participação e controle social. Diferentemente de outras iniciativas que atuam denunciando erros e fraudes já ocorridas, os OS agem de forma preventiva, no fluxo dos processos, antes que os recursos sejam gastos.

O primeiro OS começou a funcionar em janeiro de 2006, na cidade de Maringá (PR). Em novembro de 2008, havia mais de 20 OS no Brasil e tornou-se necessária a criação de uma organização de âmbito nacional, denominada Observatório Social do Brasil (OSB), para estimular e dar suporte aos municípios na criação de seus próprios observatórios sociais. Nessa ocasião, o Conselho Federal de Contabilidade aceitou o convite e participou na criação do OSB como uma das entidades fundadoras, ocupando, desde então, postos importantes na Diretoria da entidade. Atualmente, há OS em mais de 80 municípios brasileiros, em 15 estados, e, na maioria deles, os profissionais da contabilidade ocupam papel de destaque.





Reunião do Grupo de Planejamento do PVCC

Subprograma 2 Educação Financeira

Este subprograma é voltado à orientação da sociedade para questões relacionadas ao controle, planejamento e organização das finanças pessoais, buscando sensibilizá-la quanto aos riscos do endividamento pessoal e familiar, consumo consciente e uso do cartão de crédito.

Subprograma 3 Doações ao Funcriança e ao Fundo do Idoso

Propõe, em primeiro lugar, sensibilizar e capacitar os profissionais para atuarem com seus clientes, pessoas físicas e jurídicas, visando obter adesão aos programas de incentivos fiscais que regulam as doações aos fundos municipais de proteção à criança e adolescente, bem como aos fundos municipais de proteção aos idosos, daqueles que têm imposto de renda devido em suas declarações. Em segundo lugar, tem por objetivo auxiliar as entidades a elaborarem projetos adequados para se habilitarem a receber recursos dos potenciais doadores, valendo-se dos benefícios fiscais.

Comissão Gestora Nacional do PVCC

Gestão Socioambiental

O Projeto Prestação de Contas das Campanhas Eleitorais de 2014 é uma parceria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).

das Campanhas Eleitorais de 2014

Projeto Prestação de Contas

Neste ano, foi realizada mais uma edição do livro "Partidas Dobradas – Eleições 2014 – Contabilidade Necessária", contendo a legislação atual sobre o assunto, especialmente a Resolução TSE n.º 23.406/2014, que tornou obrigatória a assinatura do profissional da contabilidade nas prestações de contas de campanhas eleitorais.

Também foram promovidos Seminários em todo o Brasil sobre o tema das Prestações de Contas das Campanhas Eleitorais de 2014, sob responsabilidade da Comissão criada no âmbito do CFC. Ao todo, 27 estados participaram da iniciativa, que teve como objetivo capacitar profissionais da contabilidade em assuntos relacionados à arrecadação e aos gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade assinou, em 2014, um termo de cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil e o Tribunal Superior Eleitoral.

O acordo entre as três entidades vai permitir a troca de informações sobre os profissionais que assinam a prestação das contas eleitorais, os quais devem estar regulamente registrados e ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) e nas seccionais da OAB. O objetivo, com isso, é que haja uma maior lisura nas contas eleitorais prestadas por candidatos, comitês e partidos políticos. O instrumento também prevê a mútua cooperação entre as partes, visando ao aperfeiçoamento da legislação e do sistema de prestação de contas eleitorais.

V Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais (Senaje)



Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) – organização da sociedade civil – tem como objetivo adotar medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil.

O MCCE é integrado por 50 entidades nacionais de diversos segmentos, formando uma rede composta por outros movimentos, organizações sociais, organizações religiosas e entidades da sociedade civil.

Durante o ano, o MCCE trabalhou com a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições e com a Campanha da Reforma Política Democrática e Eleições Limpas e promoveu o V Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais (Senaje), em Brasília (DF).

Em 2014, o representante do Conselho Federal de Contabilidade foi eleito para a Diretoria do MCCE, com mandato para o triênio 2014-2017.



Prêmio Olivio Koliver

O Prêmio Olivio Koliver, instituído pelo CFC e promovido pela RBC, visa incentivar a publicação de artigos relacionados à área contábil e prestar homenagem à memória de um dos maiores expoentes da Contabilidade brasileira.

O Conselho Federal de Contabilidade entregou, no dia 5 de dezembro, durante a realização da sua histórica Milésima Reunião Plenária, os troféus do Prêmio Olivio Koliver aos três autores do artigo vencedor da primeira edição da premiação. O trabalho vencedor foi *Consolidação da convergência das normas contábeis brasileiras: uma análise sobre o fim do Regime Tributário de Transição*, e a publicação ocorreu na edição n.º 202 da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), referente aos meses de julho e agosto de 2013. Os autores do artigo premiado foram Janilson Antonio da Silva Suzart, Jorge Andrade Costa e Benjamim Cristobal Mardine Acuña.





Os autores do artigo vencedor do Prêmio Olivio Koliver com o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho

SELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Balanço Socioambiental **2014** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILDADE 111111

Balanço Socioambiental em Dados Apresenta as pesquisas de Satisfação e Insatisfação dos funcionários do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, além da Demonstração do Valor Adicionado e dos demais demonstrativos do resultado social.

Balanço Socioambiental em Dados

Funcionários do CFC





Pesquisa de Satisfação dos Funcionários

Todos os colaboradores do CFC são convidados a participar da pesquisa, de forma voluntária e anônima. Em 2014, no primeiro semestre, 140 colaboradores participaram da Pesquisa de Satisfação e, no segundo semestre, 124 colaboradores.

Com o objetivo de oferecer mais condições ao CFC para melhor avaliar a percepção dos funcionários, a metodologia da pesquisa foi reformulada e alguns itens foram alterados.

A pesquisa revelou a percepção dos colaboradores em relação à entidade, pontualmente no que diz respeito às condições físicas e ambientais, aos relacionamentos, à satisfação funcional, às ações sociais e à comunicação interna.

Os resultados revelados permitem ao Conselho Federal de Contabilidade desencadear ações de melhorias naqueles indicadores que apresentam desempenho insatisfatório.

Grau de Satisfação dos Funcionários do CFC

O Grau de Satisfação dos Funcionários é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestre de 2014.

As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos, conforme abaixo:

- 1) Ótimo
- 2) Bom
- 3) Regular
- 4) Ruim
- 5) Desconheco

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos "Ótimo" e "Bom", que representam índices de satisfação. Os conceitos "Regular" e "Ruim" refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como "Desconheço" não foram consideradas como um indicador.

No cômputo geral, o índice de satisfação dos funcionários do CFC foi de 71,77%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2014 foi de 70%.



	Indicadores de Satisfação dos Funcionários do CFC	1 ^o sem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	2 ^o sem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	MÉDIA (% dos índices "Ótimo" e "Bom")
	Climatização do ambiente (funcionamento, temperatura e circulação)	61,43	69,35	65,39
.s	Iluminação do ambiente (qualidade)	82,14	85,48	83,81
I – Condições Físicas e Ambientais	Acústica (nível de ruído)	69,12	70,73	69,93
Ambi	Espaço físico (tamanho)	83,57	81,45	82,51
cas e	Limpeza e manutenção	90,00	94,35	92,18
s Físi	Móveis (quantidade e qualidade)	79,29	82,26	80,78
diçõe	Computadores e equipamentos (quantidade e qualidade)	73,57	83,06	78,32
5	Veículos (disponíveis para a realização de trabalho)	93,10	97,00	95,05
÷	Material de expediente (quantidade, qualidade e recebimento)	89,13	91,94	90,54
	Segurança	74,45	76,86	75,66
	Prestadores de serviços	93,33	93,22	93,28
ento	Colegas do mesmo setor	95,00	96,77	95,89
II – Relacionamento	Colegas de outros setores	89,21	92,68	90,95
elacic	Chefia imediata (diretor ou coordenador ou gerente ou responsável)	89,29	93,50	91,40
=	Conselheiros	80,51	78,85	79,68
	Presidência e Vice-Presidências	74,19	77,06	75,63
	Horário de trabalho	35,25	39,52	37,39
	Pontualidade no pagamento dos salários	95,65	96,77	96,21
ional	Remuneração em relação ao mercado	51,08	51,22	51,15
III – Satisfação Funcional	Reajuste salarial	38,41	37,40	37,91
ação	Participação na tomada de decisões	40,98	39,45	40,22
Satisf	Trabalho ou atividade executada	79,86	84,43	82,15
=	Interação do seu trabalho com os demais setores	74,26	75,21	74,74
	Política de promoção e reconhecimento	30,77	35,09	32,93
	Imagem institucional	65,15	70,34	67,75
.s	Convênios (ex: plano de saúde, plano odontólogico)	57,72	59,46	58,59
ociai	Auxílio Educação (ex: pós-graduação, idiomas)	64,04	53,25	58,65
IV – Atividades Socia	Outros benefícios (ex: auxílio creche, auxílio refeição/alimentação)	76,15	70,54	73,35
ivida	Cursos e treinamentos	43,44	42,31	42,88
V – At	Ações de saúde e bem-estar (ex: ginástica laboral, atividades esportivas, palestras educativas, segurança no trabalho)	81,75	71,67	76,71
_	Eventos comemorativos (ex: datas comemorativas, confraternizações)	62,60	68,91	65,76
	Meios de comunicação (telefone, e-mail, intranet e internet)	78,42	79,03	78,73
V – Comunicação Interna	Comunicação e tempo de resposta (oral e escrita)	71,53	68,29	69,91
omunica Interna	Divulgação dos eventos promovidos pelo Conselho	72,26	74,17	73,22
- CO - '	Divulgação e conhecimento das normas internas	60,58	61,98	61,28
	Sinalização (placas indicadoras)	68,61	57,72	63,17
	TOTAL (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	71,27	72,26	71,77

Balanço Socioambiental em Dados

Funcionários do CFC

Análise Parcial dos Resultados

I – Condições físicas e ambientais – Em relação a este grupo, pode-se observar que, dos 10 indicadores avaliados, oito apresentaram grau de satisfação acima da meta, com destaque para "Limpeza e manutenção", "Material de expediente" e "Veículos" (disponíveis para a realização de trabalho), com mais de 90% de satisfação.

Os dois itens com menor índice apontado pelos funcionários foram "Climatização do ambiente" e "Acústica", com 65,39% e 69,93%, respectivamente. No que se refere à "Climatização", o CFC está pesquisando soluções para a modernização do sistema de ar-condicionado para atender a todos os ambientes da entidade.

Quanto à "Acústica", ressalta-se que, de acordo com a NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os níveis de ruído aceitáveis para efeito de conforto é de até 65 decibéis (dB), e todos os departamentos do CFC estão dentro desse limite de ruído, conforme relatório do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. No último ano (período de agosto/13 a agosto/14), o nível de ruído do CFC ficou acima do habitual em função dos trabalhos com a reforma predial, porém, ainda assim, o nível de ruído não ultrapassou os 65dB fixados pelo MTE.

II – Relacionamentos – Dos seis itens que compõem este grupo, quatro atingiram altos índices de satisfação, superiores a 90%. Esse resultado justifica-se pela realização de reuniões mensais entre a Diretoria do CFC e os gestores (coordenadores, gerentes e responsáveis) para definir ações que possam contribuir para melhorar o relacionamento entre os colegas e a comunicação entre os setores. Além disso, também foram realizadas reuniões com os prestadores de serviço visando à melhoria do trabalho executado e o relacionamento entre eles e o CFC.

Os itens "Conselheiros" e "Presidência e Vice-Presidências" permaneceram no patamar entre "ótimo" e "bom" (79,68% e 75,63%).

III – Satisfação funcional – Neste bloco de indicadores, os quesitos "Horário de trabalho", "Remuneração em relação ao mercado", "Reajuste salarial", "Participação na tomada de decisões", "Política de promoção e reconhecimento" e "Imagem institucional" apresentaram baixo índice de satisfação.

Diante desses resultados, o CFC adotou uma série de medidas visando ao atendimento das necessidades dos funcionários. Preocupado com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar do corpo funcional, o CFC alterou o horário de trabalho, a partir de janeiro de 2015 (uma reinvindicação do próprio corpo funcional).

Quanto à "Participação na tomada de decisões", a Diretoria do CFC tem buscado compartilhar com os coordenadores, gerentes e responsáveis as demandas que necessitam de direcionamento, de maneira que estes possam sugerir soluções e acompanhar as decisões.

No que diz respeito à "Remuneração em relação ao mercado" e à "Política de promoção e reconhecimento", o Conselho Federal elaborou um projeto para contratação de empresa especializada no desenvolvimento e implantação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários que atendam às necessidades dos funcionários e do CFC.



Para o fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade, o CFC contratou uma empresa de assessoria de imprensa com a finalidade de divulgar as ações do Sistema CFC/CRCs nos veículos de comunicação. Além disso, o Conselho Federal tem estreitado os laços institucionais com uma série de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, com entidades da área contábil de âmbito nacional e internacional.

O alto índice de satisfação do item "Pontualidade no pagamento dos salários" deve-se ao fato de que o Conselho reúne esforços para assegurar o prazo estipulado na legislação. Na última década, não houve nenhum atraso no pagamento de salário motivado pelo CFC.

IV – Ações sociais – No bloco "Ações sociais", verificou-se que, dos seis indicadores, quatro deles apresentaram baixo índice de satisfação.

O resultado do item "Cursos e treinamentos" (42,88%) justifica-se pelo fato de o Plano de Treinamento - 2014 ter como objetivo atender apenas aos funcionários que mudaram de setor, aos novos contratados, às necessidades pontuais ou à atualização da legislação.

No item "Convênios", o ponto de maior insatisfação por parte dos funcionários foi com relação ao plano odontológico, o que deflagrou, por parte do CFC, a elaboração de novo termo de referência para licitação, com o objetivo de contratar novo plano.

V – Comunicação interna – Em referência aos itens do bloco "Comunicação Interna", três deles apresentaram baixo nível de satisfação – "Comunicação e tempo de resposta", "Divulgação e conhecimento das normas internas" e "Sinalização".

Em relação à "Comunicação e tempo de resposta", o CFC vem trabalhando para adotar ações que possam contribuir para melhorar a comunicação e o tempo de resposta entre os setores.

Com a finalidade de melhorar o resultado do indicador "Divulgação e conhecimento das normas internas" (61,28%), definiu-se que as novas resoluções aprovadas pelo Plenário serão encaminhadas a todos os funcionários, bem como as normas internas de interesse dos funcionários.

Quanto ao item "Sinalização", o CFC estuda um novo projeto de sinalização e futura contratação de uma empresa para a execução dos trabalhos.

Os itens "Meios de Comunicação" e "Divulgação dos eventos promovidos pelo Conselho" obtiveram índice satisfatório, o que mostra que as medidas tomadas surtiram efeito, como: divulgação dos eventos na intranet e dos eventos realizados em outros estados, no site do CFC, e também por meio de e-mails, *marketing*, cartazes, fôlderes, etc.



Colaboradores do CFC



Colaboradores do CFC

Balanço Socioambiental em Dados



Colaboradores do CEC

Colaboradores do CFC

Pesquisa de Satisfação dos CRCs em relação ao CFC

Com a finalidade de averiguar o grau de satisfação dos CRCs em relação às ações que o Conselho Federal de Contabilidade desenvolve para o Sistema CFC/CRCs, os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade foram consultados em 2014. Todos os funcionários e conselheiros do Sistema CFC/CRCs são convidados a participarem da pesquisa, de forma voluntária e anônima.

Conselheiros e funcionários dos Conselhos Regionais responderam às 54 questões que compõem a pesquisa. No primeiro semestre, foram 190 participantes, e na pesquisa do segundo semestre responderam 283 conselheiros e funcionários.

Com o objetivo de oferecer mais condições ao CFC para melhor avaliar a percepção dos CRCs em relação ao CFC, a metodologia da pesquisa foi reformulada e alguns itens da pesquisa foram alterados.

Os participantes manifestaram o seu grau de satisfação sobre as diferentes áreas do CFC, a saber: Diretoria Executiva, Registro, Fiscalização, Ética e Disciplina, Desenvolvimento Profissional e Institucional, Desenvolvimento Operacional, Técnica, Controle Interno, Administração, Áreas de Apoio e Instalação Física e Estrutura Administrativa.

Os resultados que derivam da pesquisa contribuíram na gestão do Conselho Federal de Contabilidade, que, a partir destes resultados, empreende esforços para a melhoria dos processos, possibilitando aos CRCs melhores condições para desenvolver suas atividades e, por consequência, atender às demandas dos profissionais da área contábil.

Grau de Satisfação dos CRCs em relação ao CFC

O Grau de Satisfação dos CRCs em relação ao CFC é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestre de 2014.

As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos, conforme abaixo:

- 1) Ótimo
- 2) Bom
- 3) Regular
- 4) Ruim
- 5) Desconheco

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos "Ótimo" e "Bom", que representam índices de satisfação. Os conceitos "Regular" e "Ruim" refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como "Desconheço" não foram consideradas como um indicador.

No cômputo geral, o índice de satisfação dos CRCs, em relação ao CFC, foi de 83,86%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2014 foi de 70%.



	Indicadores de Satisfação dos CRCs	1 ^o sem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	2 ^o sem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	MÉDIA (% dos índices "Ótimo" e "Bom")
ly.9	Atendimento dos funcionários	90,97	90,91	90,94
I – Diretoria Executiva (Gabinete da Presidência)	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	87,80	85,45	86,63
retoria Execı (Gabinete da Presidência)	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	74,07	76,26	75,17
Direto (Gal Pre	Solução imediata de problemas (eficiência)	76,07	72,73	74,40
<u> </u>	Programas e projetos	83,78	76,64	80,21
	Atendimento dos funcionários	84,52	92,71	88,62
tro	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	85,35	86,80	86,08
II – Registro	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	73,42	76,53	74,98
<u>-</u>	Solução imediata de problemas (eficiência)	71,52	76,80	74,16
	Programas e projetos	75,86	81,15	78,51
ica	Atendimento dos funcionários	85,91	90,05	87,98
ão, Ét ina	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	86,00	84,46	85,23
– Fiscalização, Ética e Disciplina	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	77,70	77,49	77,60
Fisca e Di	Solução imediata de problemas (eficiência)	77,40	76,72	77,06
=	Programas e projetos	78,20	79,17	78,69
윧	Atendimento dos funcionários	82,50	91,96	87,23
Desenvolvimento Profissional e Institucional	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	81,65	87,37	84,51
Desenvolvime Profissional e Institucional	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	73,89	82,74	78,32
- Desc Profi Inst	Solução imediata de problemas (eficiência)	73,08	81,73	77,41
≥	Programas e projetos	78,77	82,23	80,50
-	Atendimento dos funcionários	82,12	90,48	86,30
rimen nal	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	82,78	87,83	85,31
Desenvolvimento Operacional	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	75,00	86,77	80,89
-Dese	Solução imediata de problemas (eficiência)	71,05	83,51	77,28
>	Programas e projetos	79,43	81,87	80,65
	Atendimento dos funcionários	84,96	89,35	87,16
<u>.B</u>	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	84,44	88,17	86,31
VI - Těcnica	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	76,47	84,62	80,55
\$	Solução imediata de problemas (eficiência)	73,88	80,12	77,00
	Programas e projetos	79,03	81,93	80,48
2	Atendimento dos funcionários	87,58	90,58	89,08
Inter	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	83,01	91,53	87,27
trole	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	81,70	89,36	85,53
VII – Controle Interno	Solução imediata de problemas (eficiência)	77,78	85,33	81,56
=	Programas e projetos	79,58	81,22	80,40

	Indicadores de Satisfação dos CRCs	1 ^o sem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	2ºsem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	MÉDIA (% dos índices "Ótimo" e "Bom")
ão	Atendimento dos funcionários	87,01	91,79	89,40
straç	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas (eficácia)	85,71	90,31	88,01
i <u>ë</u>	Agilidade no retorno de informações (eficiência)	80,00	85,64	82,82
VIII – Administração	Solução imediata de problemas (eficiência)	75,64	84,54	80,09
⋝	Programas e projetos	83,10	82,11	82,61
	Coordenadoria Jurídica	82,47	83,50	82,99
	Departamento de Comunicação Social	84,03	82,56	83,30
poio	Departamento de Eventos	87,58	86,57	87,08
de A	Departamento de Informática	83,11	86,24	84,68
– Áreas de Apoio	Departamento de Contabilidade	89,58	91,06	90,32
<u>×</u>	Departamento Financeiro	88,32	89,50	88,91
	Setor de Biblioteca	81,98	81,13	81,56
	Telefonia e recepção	88,51	89,43	88,97
. ura	Infraestrutura (móveis e equipamentos)	90,53	92,48	91,51
strut 16 CFC	Espaço físico (tamanho, limpeza e organização)	91,67	93,33	92,50
ca e E ntiva (Localização	91,86	95,18	93,52
o Físi nistra	Deslocamento e passagens aéreas	87,12	93,58	90,35
Instalação Física e Estrutura Administrativa do CFC	Segurança predial	88,19	91,46	89,83
Inst	Horário de atendimento	88,64	91,85	90,25
	TOTAL (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	82,08	85,65	83,86

Análise Parcial dos Resultados

Os resultados da pesquisa foram bastante satisfatórios, verificando-se que todos os quesitos atingiram os conceitos "Ótimo" e "Bom".

Os itens "Atendimento dos funcionários", "Precisão e confiabilidade nas informações prestadas", "Agilidade no retorno de informações", "Solução imediata de problemas" e "Programas e projetos" das diferentes áreas do CFC apresentaram índice superior à meta fixada (70%). Os resultados justificam-se em função das seguintes medidas adotadas: envio de resposta imediata às solicitações via e-mail e telefone; revisão do conteúdo das respostas à solicitação externa; definição e controle de prazos para respostas e soluções de problemas; e maior divulgação dos programas e projetos para os CRCs.

No bloco "Áreas de apoio", todas as unidades organizacionais atingiram níveis acima de 80% de satisfação. Esse resultado reflete o empenho de todo o CFC em atender, com eficiência, às demandas dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em relação à "Instalação Física e Estrutura Administrativa do CFC", todos os itens apresentaram alto grau de satisfação. Destaque para "Localização", "Espaço físico" e "Infraestrutura", o que demonstra que o CFC possui estrutura adequada para atender a seu público interno e externo.



Pesquisa de Satisfação do Sistema CFC/CRCs

Com o objetivo de medir o grau de satisfação dos profissionais da contabilidade em relação ao CFC e, também, avaliar a imagem do profissional da área e do Sistema CFC/CRCs pela sociedade em geral, a pesquisa foi enviada aos mais de 500 mil profissionais registrados e ficou disponível para a sociedade no site do CFC e também nas redes sociais. A participação ocorre de forma voluntária e anônima.

Os participantes responderam às 18 questões que compõem a pesquisa. No primeiro semestre, foram 4.015 participantes e, na pesquisa do segundo semestre, responderam 16.674 pessoas.

Por meio dos resultados obtidos, o Sistema CFC/CRCs buscou implementar ações que contribuíssem para a melhoria dos serviços prestados e para elevar o nível de satisfação.

Colaboradoras do CFC



Grau de Satisfação do Sistema CFC/CRCs

O Grau de Satisfação do Sistema CFC/CRCs é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestre de 2014.

As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos, conforme abaixo:

- 1) Ótimo
- 2) Bom
- 3) Regular
- 4) Ruim
- 5) Desconheço

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos "Ótimo" e "Bom", que representam índices de satisfação. Os conceitos "Regular" e "Ruim" refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como "Desconheço" não foram consideradas como um indicador.

No cômputo geral, o índice de satisfação do Sistema CFC/CRCs foi de:

- 1. Grau de Satisfação dos Profissionais da Contabilidade = 73,19%
- 2. Imagem do Profissional da Contabilidade = 70,89%
- 3. Imagem do Sistema CFC/CRCs = 63,75%



Balanço Socioambiental em Dados

	Indicadores de Satisfação dos Profissionais da Contabilidade	1 ^o sem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	2 ^o sem/2014 (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	MÉDIA (% dos índices "Ótimo" e "Bom")
용	Imagem do Conselho Federal de Contabilidade perante a sociedade	72,46	80,41	76,44
onais	Ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade	66,05	75,07	70,56
offssic	Infraestrutura do Conselho Federal de Contabilidade	82,72	86,84	84,78
os pro	Solução imediata de problemas (eficiência)	62,54	71,87	67,21
– Grau de Satisfação dos profissionais da Contabilidade	Programas e projetos	64,76	73,06	68,91
ntisfa Cond	Publicação em geral (jornal, revista, boletim eletrônico)	71,67	76,63	74,15
de Sa	Site e redes sociais	73,09	77,68	75,39
Grau	Realização de congressos, fóruns, cursos e treinamentos	64,30	71,84	68,07
	TOTAL (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	69,70	76,68	73,19
leu	Imagem do profissional perante a sociedade	56,36	66,68	61,52
Imagem do Profissional da Contabilidade	Importância do profissional para o País	82,42	86,52	84,47
nagem do Profiss da Contabilidade	Nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais como, por exemplo, advogados e economistas	45,24	52,03	48,64
gem d Conta	Trabalho desenvolvido pelo profissional da contabilidade	79,38	83,69	81,54
	Informações que são prestadas	75,54	81,05	78,30
<u> </u>	TOTAL (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	67,79	73,99	70,89
œ	O trabalho do Sistema CFC/CRCs	65,16	75,09	70,13
istem	Atuação do Sistema CFC/CRCs para a sociedade	59,76	70,09	64,93
agem do Si CFC/CRCs	Os projetos desenvolvidos pelo Sistema CFC/CRCs	62,08	71,52	66,80
– Imagem do Sistema CFC/CRCs	Nível de reconhecimento do Sistema CFC/CRCs pela sociedade	46,18	57,86	52,02
	Imagem do Sistema CFC/CRCs	59,33	70,42	64,88
_	TOTAL (% dos índices "Ótimo" e "Bom")	58,50	69,00	63,75

Colaboradoras do CFC





Análise Parcial dos Resultados

I – Grau de Satisfação dos Profissionais da Contabilidade – Em relação a este grupo, pode-se observar que, dos oito indicadores avaliados, cinco apresentaram grau de satisfação acima da meta, com destaque para "Infraestrutura do Conselho Federal de Contabilidade", com mais de 80% de satisfação.

Os três itens com menor índice de satisfação apontados pelos profissionais da contabilidade foram "Solução imediata de problemas", "Programas e projetos" e "Realização de congressos, fóruns, cursos e treinamentos". Diante do resultado, o Sistema CFC/CRCs implementou novas ações para melhorar os serviços prestados e elevar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade, como: estruturação da Ouvidoria como um canal de comunicação rápido e eficiente entre a sociedade e o CFC; e maior divulgação dos programas e projetos.

II – Imagem do Profissional da Contabilidade – Dos cinco itens que compõem este bloco, três atingiram índices de satisfação acima da meta, com destaque para o item "Importância do profissional para o País" e "Trabalho desenvolvido pelo profissional da contabilidade".

Os itens "Imagem do profissional perante a sociedade" e "Nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais" ficaram abaixo da meta do índice de satisfação, que é de 70%. Por meio dos resultados, o CFC pretende programar ações que busquem a melhoria da imagem dos profissionais.

III – Imagem do Sistema CFC/CRCs – A meta deste bloco não foi atingida, pois, dos cinco itens, apenas um ficou acima do projetado. O resultado serviu como ferramenta para implementar novas ações que contribuam para a melhoria dos serviços prestados e para elevar o nível de satisfação dos profissionais e da sociedade.

Entre essas ações, destacam-se: a adoção de uma identidade visual única para o Sistema CFC/CRCs; a alteração da logomarca do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade; e o fortalecimento das ações sociais de voluntariado entre a classe contábil.

Os Conselhos de Contabilidade estão desenvolvendo plano de ação para a divulgação dos trabalhos realizados em todo o Brasil, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil e da atuação do Sistema CFC/CRCs como fator de proteção da sociedade. Destaca-se que, em 2014, o CFC foi responsável por 671 inserções na mídia brasileira.

Diante desse trabalho, a expectativa é de que, no próximo ano, o indicador atinja a meta.



Funcionários do CFC



Funcionários do CFC

Balanço Socioambiental em Dados

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - 2014

Cálculo do Valor Adicionado	2014 (valores em R\$)	%	2013 (valores em R\$)	%
1. Receitas	110.587.486		47.175.464	
1.1 Contribuições	42.535.976		41.728.173	
1.2 Exploração de Bens e Serviços	5.717.701		5.274.716	
1.3 Outras Receitas Correntes	173.303		172.575	
1.4 Receita com Alienação de Bens	19.243		0	
1.5 Reavaliação de Ativos	62.141.262		0	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	18.577.181		21.477.728	
2.1 Materiais e Equipamentos Adquiridos de Terceiros	1.512.998		1.246.375	
2.2 Serviços de Terceiros	16.087.689		19.354.147	
2.3. Perda de Valores Ativos	235.764		121.574	
2.4. Depreciação	740.729		755.632	
3. Valor Adicionado Bruto [1 - 2]	92.010.305		25.697.736	
4. Provisão para Contingências Cíveis/Trabalhistas	176.387		156.000	
5. Valor Adicionado Recebido em Transferência	4.295.747		2.954.096	
5.1 Financeiras	4.295.747		2.954.096	
6. Valor Adicionado Total a Distribuir [3 - 4 + 5]	96.129.665	100,00%	28.495.832	100,00%
7. Distribuição do Valor Adicionado				
7.1 Recursos Humanos		15,50%		52,71%
7.2 Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Sociais	14.898.738	2,87%	15.019.769	9,24%
7.3 Contribuições Sociais e Estatutárias	2.758.064	0,57%	2.632.622	1,86%
7.4 Auxílios Financeiros a CRCs	547.407	3,60%	531.436	13,89%
7.5 Aluguéis	3.462.257	1,24%	3.958.417	6,11%
7.6 Superávit do Exercício	1.191.590	76,22%	1.739.892	16,19%
Total do Valor Adicionado Distribuído	73.271.608	100,00%	4.613.697	100,00%



- 1) As contribuições (1.1) correspondem à 20% da receita bruta dos Conselhos Regionais de Contabilidade, oriundas, principalmente, do pagamento de anuidade por profissionais e organizações contábeis registrados nos Conselhos, deduzidas as doações, legados ou subvenções.
- 2) Em cumprimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, foi realizada a reavaliação dos bens do ativo imobilizado no ano de 2014. Como o resultado foi positivo, a receita apresentou um aumento de 134%, em relação ao ano anterior, e consequentemente incrementou o valor adicionado. De acordo com NBC TG 09, a reavaliação de ativos afeta os resultados da entidade, positivamente ou negativamente, por isso requer o registro contábil.
- 3) A 1ª avaliação efetuada pelo Conselho Federal ocorreu no exercício de 2010.



1. Indicadores do Resultado Operacional e Social

1.1 Demonstração do Resultado do Exercício	2014 (valores em R\$)	2013 (valores em R\$)
Receita Bruta	52.741.970	50.129.560
(-) Contribuições Sociais e Estatutárias *	(547.407)	(531.436)
Receita Líquida	52.194.563	49.598.125
(-) Despesas com Atividades Operacionais	(15.021.975)	(14.981.583)
(-) Despesas com Remuneração do Pessoal	(14.898.738)	(15.019.769)
(-) Despesas com Tributos, Contribuições e Encargos Sociais	(2.758.064)	(2.632.622)
(-) Despesas com Benefícios Sociais à Comunidade	(2.774.573)	(5.079.656)
(-) Outras Despesas	(5.610.866)	(7.270.798)
Superávit do Exercício	11.130.346	4.613.697
1.2 Patrimônio Líquido	123.289.355	51.234.268

^{*} Contribuições Estatutárias – Fundo de Integração e Desenvolvimento (Fides)

- 1) A Demonstração do Resultado do Exercício representa o resultado orçamentário, ou seja, o valor obtido com a diferença entre as receitas orçamentárias (receita arrecadada) e despesas orçamentárias (despesas efetivamente executadas). Para fins de análise dos indicadores do resultado operacional e social, foi desconsiderado o impacto da reavaliação na receita e no superávit, mas, para a demonstração real do patrimônio líquido da entidade, a reavaliação do exercício foi considerada.
- 2) O superávit obtido no ano de 2014 resultou das medidas tomadas para a redução das despesas e o aumento da receita em R\$1,6 milhões, impactanto positivamente o patrimônio social. Embora a finalidade do Conselho Federal de Contabilidade não seja a obtenção de superávit, ele é importante para assegurar a manutenção de suas atividades, garantir a sustentabilidade financeira e fortalecer seu patrimônio social (capital social).



Funcionários do CFC

Balanço Socioambiental em Dados

2. Indicadores das Atividades Operacionais

	(valores em R\$)					s em R\$)		
	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social*
2.1 Apoio à Fiscalização Preventiva do Exercício Profissional	496.957	0,95%	4,46%	0,40%	323.107	0,65%	7,00%	0,63%
2.2 Educação Continuada	3.163.293	6,06%	28,42%	2,57%	3.396.165	6,85%	73,61%	6,63%
2.3 Divulgações Técnicas e Institucionais	1.339.281	2,57%	12,03%	1,09%	198.060	0,40%	4,29%	0,39%
2.4 Comissões de Estudo e Trabalho Voltados às Normas de Contabilidade e à Profissão Contábil	1.260.511	2,42%	11,32%	1,02%	1.434.250	2,89%	31,09%	2,80%
2.5 Representações em Eventos	2.741.111	5,25%	24,63%	2,22%	2.457.013	4,95%	53,25%	4,80%
2.6 Reuniões Regimentais e de Planejamento/Seminários Internos	3.456.879	6,62%	31,06%	2,80%	2.633.578	5,31%	57,08%	5,14%
2.7 Apoio Técnico/Financeiro a CRCs	1.841.696	3,53%	16,55%	1,49%	1.749.672	3,53%	37,92%	3,42%
2.8 Auditoria e Controles Internos	481.810	0,92%	4,33%	0,39%	859.829	1,73%	18,64%	1,68%
2.9 Reuniões/Seminários sobre Registro Profissional e Cadastral	82.711	0,16%	0,74%	0,07%	349.213	0,70%	7,57%	0,68%
2.10 Capacitação Profissional de Funcionários	157.727	0,30%	1,42%	0,13%	413.753	0,83%	8,97%	0,81%
2.11 Eleições Internas	0	0,00%	0,00%	0,00%	1.166.942	2,35%	25,29%	2,28%
Total dos Indicadores das Atividades Operacionais	15.021.975	28,78%	134,96%	12,18%	14.981.583	30,21%	324,72%	29,24%

*Os percentuais foram corrigidos em função de ajustes promovidos no valor do Patrimônio líquido do Exercício de 2013 (vide quadro 1. Indicadores do Resultado Operacional e Social, p. 101)



- 1) O CFC investiu 6,06% da receita líquida, observado no programa de Educação Continuada (item 2.2), no planejamento, desenvolvimento e operacionalização de ações voltadas, especialmente, à realização dos Exames de Suficiência e de Qualificação Técnica, com o objetivo de construir um processo de capacitação técnica contínuo, habilitando profissionais altamente qualificados e dotados de postura ética.
- 2) Uma parcela significativa dos recursos deste indicador (item 2.3) foi investida em ações de comunicação da entidade com os profissionais da contabilidade. Uma das primeiras iniciativas da entidade, em 2014, foi a criação do boletim eletrônico (CFC Informa), com a finalidade de melhorar o acesso à informação sobre os temas relacionados à área contábil e manter atualizados os mais de 500 mil profissionais da contabilidade.





3. Indicadores de

Recursos Humanos				2013 2014									
necarsos riamanos		Administração Total Executiva Corpo Funcional Terceirizados Executiva Corpo Funcional		Total				Total		———— Total ————————————————————————————————————		Torcoirizados	Total
3.1. Efetivos em 31/12		LXECUTIVA	corpo i uncionar	Tercerrizados		LXecutiva	corpo i uncionar	Tercentzados					
3.1.1. Participação por sexo	Homens	41	63	36	140	39	64	33	136				
3.1.1. Pal ticipação poi Sexo	Mulheres	12	62	21	95	12	64	21	97				
3.1.2. Percentual de ocupantes de cargos de chefia	Homens Mulheres	67% 33%	57% 43%	0% 0%	-	78% 22%	41% 59%	0% 0%	-				
3.2. Faixas Etárias em 31/12													
3.2.1. Menores de 18 anos		0	2	0	2	0	1	0	1				
3.2.2. De 18 a 30 anos		0	33	0	33	0	32	0	32				
3.2.3. De 31 a 40 anos		4	37	0	41	5	38	0	43				
3.2.4. De 41 a 50 anos		15	34	0	49	13	35	0	48				
3.2.5. De 51 a 60 anos		20	12	0	32	19	14	0	33				
3.2.6. Acima de 60 anos		14	7	0	21	14	8	0	22				
3.3. Tempo de Serviço em 31/12													
3.3.1. Até 1 ano		0	12	0	12	20	21	0	41				
3.3.2. Acima de 1 até 5 anos		33	37	0	70	16	24	0	40				
3.3.3. Acima de 5 até 10 anos		12	18	0	30	9	18	0	27				
3.3.4. Acima de 10 anos		8	58	0	66	6	65	0	71				
3.4. Variação do Corpo Funcional			-										
3.4.1. Movimentações no Corpo Funcional													
3.4.1.1. Demissões no ano		0	21	0	21	0	10	0	10				
3.4.1.2. Aposentadorias no ano		0	0	0	0	0	1	0	1				
3.4.1.3. Afastamentos por outros motivos		0	2	0	2	0	5	0	5				
3.4.1.4. Admissões no ano		0	13	0	13	0	13	0	13				
3.4.2. Ações trabalhistas movidas contra a entidade						-							
3.4.2.1. Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade		0	0	0	0	0	1	0	1				
3.4.2.2. Número de processos trabalhistas julgados procedentes							-						
3.4.2.3. Número de processos trabalhistas julgados improcedentes		0	0	0	0	0	0	0	0				
3.4.2.4. Número de processos trabalhistas em que houve acordo													
3.4.2.5. Número de processos trabalhistas em análise		0	0	0	0	0	5	4	9				
3.5. Serviços Terceirizados em 31/12						- U		·					
3.5.1. Número de pessoas em serviços terceirizados		0	0	57	57	0	0	54	54				
3.6. Estagiários					31				J.				
3.6.1. Número de estagiários em 31/12		0	10	0	10	0	12	0	12				
3.7. Escolaridade e Formação		- 0	10		10	0	12		12				
3.7.1. Analfabeto		0	0	0	0	0	0	0	0				
3.7.2. Com Ensino Fundamental		0	4	0	4	0	4	0	4				
3.7.3. Com Ensino Médio		3	20	0	23	4	21	0	25				
3.7.4. Cursando Ensino Médio		0	3	0	3	0	2	0	2				
3.7.5. Cursando Ensino Superior		1	9	0	10	1	7	0	8				
3.7.6. Com Ensino Superior Completo		12	55	0	67	11	60	0	71				
3.7.7. Pós-Graduado		25	33	0	58	26	33	0	59				
3.7.8. Mestrado		11	1	0	12	7	1	0	8				
3.7.9. Doutorado		1	0	0	1	2	0	0	2				
3.8. Gastos				valores em R\$)	<u> </u>	-							
		0.00		·	2.020.244.7	0.00		valores em R\$)	1.004.000.30				
3.8.1. Gastos com serviços terceirizados no período		0,00	0,00	2.038.344,17	2.038.344,7	0,00	0,00	1.904.090,28	1.904.090,28				
3.8.2. Gastos com estagiários		0,00	118.757,11	0,00	118.757,11	0,00	98.308,02	0,00	98.308,02				
3.8.1. Castos com formação e treinamentos		0,00	274.496,80	0,00	274.496,80	81.282,82	137.780,74	0,00	219.063,56				
3.8.4. Gastos com remunerações do pessoal		0,00	17.323.156,37	0,00	17.323.156,37	0,00	16.942.077,43	0,00	16.942.077,43				
3.8.4.1. Remunerações		0,00	14.032.693,18	0,00	14.032.693,18	0,00	11.974.077,43	0,00	11.974.077,43				
3.8.4.2. Seguridade Social		0,00	2.055.024,32	0,00	2.055.024,32	0,00	3.527.611,20	0,00	3.527.611,20				
3.8.4.3. Outras vantagens sociais		0,00	1.235.438,87	0,00	1.235.438,87	0,00	2.395.829,97	0,00	2.395.829,97				
3.8.5. Gastos com indenizações e multas por determinação judicial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.814,96	0,00	19.814,96				

Discriminação das categorias da Administração:

Executiva: Presidente, vice-presidentes e conselheiros

Corpo funcional: Empregados

Terceirizados: Empresas que mantêm empregados nas dependências do CFC

 Item 3.5.1.:
 9 dos 54 colaboradores tercerizados no exercício de 2014 são portadores de necessidades especiais, contratatos por meio de convênio com Icep.

 Item 3.8.4.2.:
 A Seguridade Social é composta por FGTS, Plano de Saúde e Plano Odontológico.

 Item 3.8.4.3.:
 Outras vantagens sociais são compostas por vale-transporte, vale-refeição/alimentação, auxílio educação e auxílio creche.

Balanço Socioambiental em Dados

4. Indicadores dos Tributos e Encargos Sociais

	(valores em R\$)			(valores em R\$)				
	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social
4.1. Encargos e Contribuições Sociais	2.572.144	4,93%	23,11%	2,09%	2.478.169	5,00%	53,71%	4,84%
4.2. Impostos e Taxas	185.935	0,36%	1,67%	0,15%	154.452	0,31%	3,35%	0,30%
Total dos Indicadores de Tributos e Encargos Sociais	2.758.080	5,28%	24,78%	2,24%	2.632.621	5,31%	57,06%	5,14%

5. Indicadores dos Benefícios Sociais à Comunidade

	2014 (valores em R\$))13 s em R\$)		
	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social
5.1. Educação Continuada	1.811.061	3,47%	16,27%	1,47%	3.502.674	7,06%	75,92%	6,84%
5.1.1. Cursos	133.011	0,25%	1,20%	0,11%	508.616	1,03%	11,02%	0,99%
5.1.2. Eventos	1.678.050	3,21%	15,08%	1,36%	2.994.058	6,04%	64,89%	5,84%
5.2. Projetos de Integração (*)	19.496	0,04%	0,18%	0,02%	303.466	0,61%	6,58%	0,59%
5.3. Publicações Periódicas	758.749	1,45%	6,82%	0,62%	1.043.996	2,10%	22,63%	2,04%
5.3.1. Revista (RBC e Repec)	643.779	1,23%	5,78%	0,52%	811.479	1,64%	17,59%	1,58%
5.3.2. Jornal	110.370	0,21%	0,99%	0,09%	207.467	0,42%	4,50%	0,40%
5.3.3. Livros	4.600	0,01%	0,04%	0,00%	25.050	0,05%	0,54%	0,05%
5.4. Acervo Bibliográfico	41.777	0,08%	0,38%	0,03%	29.758	0,06%	0,65%	0,06%
5.5. Ações de Responsabilidade Socioambiental	143.491	0,27%	1,29%	0,12%	199.761	0,40%	4,33%	0,39%
Total dos Indicadores dos Benefícios Sociais à Comunidade	2.774.573	5,32%	24,93%	2,25%	5.079.656	10,24%	110,10%	9,91%

* Mulher Contabilista, Estudantil e Sindical



- Nos últimos anos, o CFC vem realizando investimentos significativos em Educação Continuada, com o objetivo de elevar o nível de qualificação dos profissionais atuantes na área contábil. No entanto, a redução no item 5.1.2 (eventos) justifica-se, principalmente, pela não realização do Encontro Nacional da Mulher Contabilista em 2014, que ocorre a cada 2 anos.
- 2) Em 2014, para cumprir as metas estabelecidas no plano de trabalho do CFC quanto à gestão dos recursos, foram desenvolvidas várias ações, as quais demostraram os resultados alcançados com a modernização dos serviços, dentro das possibilidades e abrangências da Entidade, bem como o controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, especialmente no que diz respeito à observância das normas.



Planejamento Social 2015

	Valores em R\$
Previsão da Receita (montante operacional a distribuir)	59.066.000
(-) Gastos com pessoal	18.334.500
(-) Contribuições sociais e estatutárias	637.220
(-) Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Sociais	3.579.000
Resultado Operacional Líquido a Distribuir aos programas	36.515.280

Distribuição do Resultado aos Programas/Subprogramas		
Resultado Operacional Líquido a Distribuir	100,00%	36.515.280
1. Gestão de Registro Profissional	10,50%	3.834.086
1.1 Registro Profissional e Cadastral		3.834.086
2. Gestão de Fiscalização	14,08%	5.140.002
2.1 Fiscalização Ostensiva e Preventiva		5.140.002
3. Gestão de Educação Continuada	27,84%	10.167.030
3.1 Educação Continuada e Valorização Profissional		10.167.030
4. Normatização	3,70%	1.351.662
4.1 Edição e Revisão das NBCTs		1.351.662
5. Suporte e Apoio a Atividades Fins	43,88%	16.022.500
5.1 Apoio Administrativo ao Registro e Fiscalização		12.146.760
5.2 Apoio Operacional aos CRCs		3.875.740





Nota explicativa:

No planejamento social para 2015, o CFC aplicará, diretamente, 56,12% dos recursos arrecadados em suas atividades-fim (Registro, Fiscalização, Educação Continuada e Normatização), e 43,88% em indiretos (apoio operacional aos CRCs e valorização profissional e administrativo) e que dão sustentação à sua finalidade institucional.

Brasília, 31 de dezembro de 2014.

Vera Lúcia dos Santos DF-8.855/O-0



Funcionários do CFC

SELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Balanço Socioambiental **2014** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILDADE 111111

Conselheiros do CFC Apresenta os conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade eleitos em 2013 para o mandato de 2014 a 2015.

Balanço Socioambiental 2014

Sistema CFC/CRCs **Conselheiros do CFC (Mandato 2014/2015)**





Sistema CFC/CRCs Diretoria do Conselho Federal de Contabilidade (Mandato 2014/2015)



Zulmir Ivanio Breda (RS) Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional



Contador José Martonio Alves Coelho (CE) Presidente



Contador Luiz Fernando Nóbrega (SP) Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina





Contador Nelson Zafra (PR) Vice-Presidente de Registro



Vice-Presidente Administrativo

Contadora Lucilene Florêncio Viana (AM) Vice-Presidente de Controle Interno



Contador Aécio Prado Dantas Júnior (SE)

Vice-Presidente de

Contadora Verônica Cunha do Souto Maior (P Vice-Presidente Técnica



Técnico em Contabilidade Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR) Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor Balanço Socioambiental **2014**

Câmara Técnica

Contadora Verônica Cunha de Souto Maior (PE)

Contadora Regina Célia Nascimento Vilanova (PA)

Coordenadora-Adjunta da Câmara de Projetos Técnicos

EFETIVOS

Contador João Alfredo de Souza Ramos (ES) Contador Luiz Henrique de Souza (MS) Contadora Maria do Rosário de Oliveira (RN) TC Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR)

SUPLENTES

Contador Júlio Ramon Marchiore Teixeira (AM)
Contador Paulo César Gonçalves de Almeida (MG)
Contador João de Oliveira e Silva (PA)
Contadora Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI)
Contador Paulo Walter Schnorr (RS)
TC Osvaldo Rodrigues da Cruz (CE)













Câmara de Controle Interno

Contadora Lucilene Florêncio Viana (AM)

Coordenadora da Câmara de Controle Interno

Contadora Maria do Rosário de Oliveira (RN)

Coordenadora-Adjunta da Câmara de Controle Interno

EFETIVOS

Contador Aécio Prado Dantas Júnior (SE) TC Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR)

SUPLENTES

Contador José Carlos de Oliveira (RJ) Contador Evandro Benedito dos Santos (MT) Contador João Altair Caetano dos Santos (RO) TC Hermelino de Jesus Souza (MA)







Contador Nelson Zafra (PR)

Coordenador da Câmara de Registro

Contadora Maria Constança Carneiro Galvão (BA)

Coordenadora-Adjunta da Câmara de Registro

EFETIVOS

TC Juliana Aparecida Soares Martins (TO)
Contador Heraldo de Jesus Campelo (MA)
Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)
Contador Joaquim Alencar Bezerra Filho (PI)

SUPLENTES

Contadora Marisa Luciana Schvabe de Morais (SC) Contador Hélio Barreto Jorge (BA) TC Cláudio de Holanda Castro (AC) Contador Júlio Ramon Marchiore Teixeira (AM) Contador Rivoldo Costa Sarmento (AL) Contador Luiz Carlos de Souza (PR)

Câmara de Desenvolvimento Operacional

Contador Aécio Prado Dantas Júnior (SE)

Coordenador da Câmara de Desenvolvimento Operacional

Contador José Eustáquio Giovannini (MG)

COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

EFETIVOS

Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL) Contadora Maria do Rosário de Oliveira (RN)

SUPLENTES

Contador João de Oliveira e Silva (PA) Contador Paulo César Gonçalves de Almeida (MG) Contador Rivoldo Costa Sarmento (AL) Contador Everildo Bento da Silva (RN)



Balanço Socioambiental **2014**

Câmara de Assuntos Administrativos

Contador Luiz Henrique de Souza (MS)

Coordenador da Câmara de Assuntos Administrativos

Contador Sergio Faraco (SC)

Coordenador-Adjunto da Câmara de Assuntos Administrativos

EFETIVO:

Contador Luiz Fernando Nóbrega (SP) TC Miguel Ângelo Martins Lara (DF)

SUPLENTES

Contador José Carlos Oliveira de Carvalho (RJ)

Contador Luiz Carlos de Souza (PR)

Contador João de Oliveira e Silva (PA)

TC Terezinha Carvalho Fernandes (PB)



Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional

Contador Zulmir Ivânio Breda (RS)

Coordenador da Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional

Contador Antônio Miguel Fernandes (RJ)

Coordenador-Adjunto da Câmara de Desenvolvimento Profissional

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho (PI)

Coordenador-Adjunto da Câmara de Desenvolvimento Institucional

EFETIVOS

Contador João Alfredo de Souza Ramos (ES)

Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)

Contadora Regina Célia Nascimento Vilanova (PA)

Contador Sergio Faraco (SC)

SUPLENTES

Contador Paulo Walter Schnorr (RS)

Contador José Carlos Oliveira de Carvalho (RJ)

Contadora Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI) Contadora Vânia Labres da Silva (TO)

TC Paulo Luiz Pacheco (ES)

Contadora Marisa Luciana Schvabe de Morais (SC)

Contador Júlio Ramon Marchiore Teixeira (AM)





Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Luiz Fernando Nóbrega (SP)

Coordenador da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina

TC José Cleber da Silva Fontineles (AC)

Coordenador-Adjunto da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina

EFETIVOS

Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)

TC Bernardo Rodrigues de Souza (AP)

Contador Antônio Miguel Fernandes (RJ)

TC Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR)

TC Osvaldo Rodrigues da Cruz (CE)

TC Cleber Oliveira de Figueiredo (PB)

Contador Nelson Zafra (PR)

TC Edemar Wayhs (MT)

TC Pedro Miranda (RO)

TC Maria Perpétua dos Santos (GO)

SUPLENTES

Contador José Aparecido Maion (SP)

TC Evandro Benedito dos Santos (MT)

Contador Hélio Barreto Jorge (BA)

TC Márcia Fátima F. Dantas (AP)

Contador Alcyr Moreira Fernandes (MS)

Contador Paulo César Gonçalves de Almeida (MG)

TC José Augusto Costa Sobrinho (SE)

TC Terezinha Carvalho Fernandes (PB)

Contador Henrique Ricardo Batista (GO)

TC Severino Vicente da Silva (PE)

TC Osvaldo Rodrigues da Cruz (CE)

TC Hermelino de Jesus Souza (MA)

Balanço Socioambiental **2014**

onselhos Regionais de Contabilidade

CRCAC

Presidente

Marcelo do Nascimento França

Nova Avenida Ceará, n.º 438, Conjunto Mariana. CEP 69919-180. Rio Branco (AC). Telefone: (68) 3227-8038 Fax: (68) 3227-8038 E-mail: crcac(a)brturbo.com.br

CRCAL

Presidente

Carlos Roberto Ribeiro Sampaio

Rua D. Tereza de Azevedo, n.º 1.526, Pinheiro. CEP 57052-600. Maceió (AL). Telefone: (82) 3194-3030 E-mail: crcal@crcal.org.br

CRCAM

Presidente

Edna Maria de Oliveira Dinelli

Rua dos Japoneses, n.º 27, Parque 10 de Novembro. CEP 69054-650. Manaus (AM). Telefax: (92) 3236-8952 E-mail: crcam@crcam.org.br

CRCAP

Presidente

Márcio Lélio da Paixão Nascimento

Rua Hamilton Silva, n.º 1.180, Central. CEP 68900-068. Macapá (AP). Caixa Postal 199. Telefone: (96) 3223-9503 Fax: (96) 3223-9504 E-mail: crcap@crcap.org.br

CRCBA

Presidente

Wellington do Carmo Cruz

Rua do Salete, n.º 320, Barris. CEP 40070-200. Salvador (BA). Telefone: (71) 2109-4000 Fax: (71) 2109-4009 E-mail: crcba@crc-ba.org.br

CRCCE

Presidente

Clara Germana Gonçalves Rocha

Av. da Universidade, n.º 3.057, Benfica. CEP 60020-181. Fortaleza (CE) Telefone: (85) 3455-2900 Fax: (85) 3455-2913 E-mail: conselho@crc-ce.org.br

CRCDF

Presidente

Sandra Maria Batista

SHCS CR 505, Bloco C, Loja 45. CEP 70350-530. Brasília (DF). Telefone: (61) 3321-1757 Fax: (61) 3321-1747 E-mail: crcdf@crcdf.org.br

CRCES

Presidente

Carlos Barcellos Damasceno

R. Amélia da Cunha Ornelas, n.º 30, Bento Ferreira. CEP 29050-620. Vitória (ES). Telefone: (27) 3232-1617 Fax: (27) 3232-1601 E-mail: crces@crc-es.org.br

CRCGO

Presidente

Elione Cipriano da Silva

Rua 107, n.º 151, Setor Sul. CEP 74085-060. Goiânia (60). Telefone: (62) 3240-2211 Fax: (62) 3240-2170 E-mail: crcgo@crcgo.org.br

CRCMA

Presidente

Antonio das Graças Alves Ferreira

Rua das Sucupiras, Qd. 44, Casa 32, Jardim Renascença . CEP 65075-400. São Luís (MA). Telefone: (98) 3214-5300 Fax: (98) 3214-5308 E-mail: crcma@crcma.org.br

CRCMG

Presidente

Marco Aurélio Cunha de Almeida

Rua Cláudio Manoel, n.º 639, Funcionários. CEP 30140-100. Belo Horizonte (MG). Telefone: (31) 3269-8400 Fax: (31) 3269-8405 E-mail: diretoria@crcmg.org.br

CRCMS

Presidente Ruberlei Bulgarelli

Rua Euclides da Cunha, n.º 994, Jardim dos Estados. CEP 79020-230. Campo Grande (MS). Telefax: (67) 3326-0750 E-mail: crcms(a)crcms.org.br

CRCMT

Presidente

Silvia Mara Leite Cavalcante

Rua 05, Quadra 13, Lote 02, Centro Político Administrativo. CEP 78049-916. Cuiabá (MT). Telefone: (65) 3648-2800 Fax: (65) 3648-2828 E-mail: crcmt@crcmt.org.br

CRCPA

Presidente

Pedro Henrique Ribeiro Araúio

R. Avertano Rocha, n.º 392, Comércio. CEP 66023-120. Belém (PA). Telefone: (91) 3202-4150 Fax: (91) 3202-4168 E-mail: supex@crcpa.org.br

CRCPB

Presidente

Glavdson Traiano Farias

Rua Rodrigues de Aquino, n.º 208, Centro. CEP 58013-030. João Pessoa (PB). Telefone: (83) 3044-1313 Fax: (83) 3221-3714 E-mail: diretoria@cropb.org.br

CRCPE

Presidente

Geraldo de Paula Batista Filho

Rua do Sossego, n.º 693, Santo Amaro. CEP 50100-150. Recife (PE). Telefax: (81) 2122-6011 E-mail: crcpe@crcpe.org.br

CRCPI

Presidente

Elias Dib Caddah Neto

Av. Pedro Freitas, n.º 1.000, Vermelha. CEP 64018-000. Teresina (PI). Telefone: (86) 3221-7531 Fax: (86) 3221-7161 E-mail: crcpi@crcpi.com.br

CRCPR

Presidente

Lucélia Lecheta

Rua XV de Novembro, n.º 2.987, Alto da XV. CEP 80050-000. Curitiba (PR) Telefone: (41) 3360-4700 Fax: (41) 3360-4799 E-mail: crcpr@crcpr.org.br

CRCRJ

Presidente

Vitória Maria da Silva

Rua 1º de Março, n.º 33 e Ouvidor, n.º 50, Centro. CEP 20010-000. Rio de Janeiro (RJ). Telefone: (21) 2216-9595 Fax: (21) 2216-9619 E-mail: crcrj@crcrj.org.br

CRCRN

Presidente

João Gregório Júnior

Av. Bernardo Vieira, n.º 4.545, Tirol. CEP 59015-450. Natal (RN). Telefone: (84) 3211-2558 Fax: (84) 3201-1936 E-mail: crcm@crcm.org.br

CRCRO

Presidente

Vilma Fátima Mendes

Avenida Presidente Dutra, n.º 2.374, Centro. CEP 78916-100. Porto Velho (RO). Telefone: (69) 3211-7900 Fax: (69) 3211-7901 E-mail: crcro@ccro.org.br

CRCRR

Presidente

Francisco Fernandes de Oliveira

R. Major Manoel Correia, n.º 372, São Francisco. CEP 69305-100. Boa Vista (RR). Telefone: (95) 3624-4880 Fax: (95) 3623-1457 E-mall: diretoria@crcrr.org.br

CRCRS

Presidente

Antônio Carlos de Castro Palácios

Rua Baronesa do Gravataí, n.º 471, Cidade Baixa. CEP 90.160-070. Porto Alegre (RS). Telefax: (51) 3254-9400 E-mail: crcrs@crcrs.org.br

CRCSC

Presidente Adilson Cordeiro

Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, n.º 1.900, Centro. CEP 88.015-710. Florianópolis (SC). Telefone: (48) 3027-7000 Fax: (48) 3027-7008 E-mail: crcscalcrcsc.org.br

CRCSE

Presidente

Ângela Andrade Dantas Mendonca

Av. Mário Jorge Vieira, n.º 3.14ó, Coroa do Meio. CEP 49.035-660. Aracaju (SE). Telefone: (79) 3301-6803 Fax: (79) 3211-2650 E-mail: crcse@crcse.org.br

CRCSP

Presidente

Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi

Rua Rosa e Silva, n.º 60, Higienópolis. CEP 01.230-909 – São Paulo (SP). Telefone: (11) 3824-5400 Fax: (11) 3662-0035 E-mail: crcsp@crcsp.org.br

CRCTO

Presidente

Sebastião Célio Costa Castro

Av. Theotônio Segurado, n.º 601 Sul, Conj 01, Lote 19, Plano Diretor Sul. CEP 77.016-330. Palmas (T0). Telefone: (63) 3219-5600 Fax: (63) 3219-5601 E-mail: crcto@crcto.org.br



